

Carlos Lopes

**SISTEMA DE INDICADORES DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL:
ESTUDO DE CASO NO CONCELHO DE
ABRANTES**

**Trabalho de Projeto
Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação**

2013

Orientação Científica
Professora Doutora Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro

Trabalho de Projeto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação, sob a orientação científica da Professora Doutora Sandra Sofia Ferreira da Silva Caeiro, Professora Auxiliar da Universidade Aberta

Universidade Aberta
Lisboa, Abril de 2013

*À minha esposa
e aos meus filhos.*

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Sandra Caeiro, pelo apoio prestado na orientação deste projeto, pelas sugestões, pelos incentivos e pela paciência demonstrada.

Ao executivo da Camara Municipal de Abrantes pela colaboração prestada na execução deste projeto.

Às pessoas e entidades do concelho de Abrantes que colaboraram na realização do projeto através da resposta ao questionário.

À minha esposa, Sofia, pelo incentivo e pelo apoio sem o qual não teria conseguido chegar ao fim desta tarefa.

RESUMO

Os municípios possuem competências para atuar na promoção de políticas e ações que favoreçam o desenvolvimento local de forma sustentada e equilibrada. O desenvolvimento local não se centra unicamente no desenvolvimento económico, mas também na qualidade de vida dos munícipes, na preservação do ambiente, na diversidade cultural e na equidade social

O desenvolvimento sustentável a nível local deve ser assumido por decisores políticos, organizações e cidadãos. O trabalho apresentado tem como objetivo a construção de um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável a aplicar num estudo de caso, o concelho de Abrantes. Os indicadores selecionados distribuem-se pelas dimensões do desenvolvimento sustentável, ambiental, social, económica e institucional.

A primeira parte deste trabalho centra-se num enquadramento teórico sobre Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável utilizados internacionalmente e nacionalmente e na caracterização do concelho de Abrantes.

A metodologia usada para a realização deste projeto apresenta um conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, distribuídos pelas dimensões do Desenvolvimento Sustentável. A seleção dos indicadores, passou por várias fases descritas ao longo do trabalho, tendo sido utilizados inquéritos por entrevista e questionário aplicado a diversos atores-chave do concelho de Abrantes para a última seleção dos 25 indicadores que constituem a proposta para o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do concelho de Abrantes.

Os indicadores escolhidos para a proposta de SIDS de Abrantes, contemplam alguns indicadores não tão tradicionais como por exemplo a “Governança local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos”, “Walkability – capacidade que Abrantes tem para favorecer o andar a pé” que não se encontram usualmente em SIDS locais, procurando desta forma incluir a avaliação da qualidade de vida e outras componentes culturais também fundamentais para avaliar a sustentabilidade local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Indicadores, Município, Atores-chave.

ABSTRACT

Municipalities have competences to act in the promotion of policies and actions that favour local development in a sustained and balanced manner. Local development is not only focused in economical development but also in the quality of life of the residents and in the maintenance of the environmental quality.

Sustainable development must be assumed by policy makers, organizations and citizens. The present work has as main goal the development of a System of Sustainable Development Indicators to be applied in a case study the municipality of Abrantes. The selected indicators range the different sustainable development dimensions like the environment, social, economical and governance..

The first part of this work focuses in a brief theoretical background about Systems of Sustainable Development Indicators used internationally and nationally a description of Abrantes' Municipality.

The methodology used for the development of the Sustainable Development Indicators is based on a list of indicators divided by the dimensions of Sustainable Development. The selection of these indicators underwent several stages, described throughout the work, including the use questionnaire and interview surveys submitted to several stakeholders of the Abrantes Municipality to achieved the final selection of the 25 indicators proposed for the Sustainable Development Indicators of Abrantes

The indicators chosen for the proposed SIDS Abrantes, include some non-traditional indicators like for example "Local governance taking into account the welfare of citizens," and "Walkability" and which are not usually incorporated in SIDS at local level, looking in this way to include the assessment of quality of life and other cultural components also essential to assess local sustainability.

Keywords: Sustainable Development, Indicators, Municipality, Stakeholders.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

A21L	Agendas 21 Locais
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo II - Zêzere
AEA	Agência Europeia do Ambiente
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APCER	Associação Portuguesa de Certificação
CE	Comissão Europeia
CMA	Camara Municipal de Abrantes
CNADS	Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CNUAD	Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento
DGA	Direção Geral do Ambiente
DGEG	Direção Geral de Energia e Geologia
D.R.	Diário da República
DRELVT	Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo
DS	Desenvolvimento Sustentável
EDS	Estratégia de Desenvolvimento Sustentável
ERSAR	Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
INAG	Instituto da Água (atualmente integrado na APA)
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
JFs	Juntas de Freguesia
ME	Ministério da Educação
MSSS	Ministério da Solidariedade e Segurança Social
NUT	Nomenclatura de Unidades Territoriais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
SIDS	Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
SMA	Serviços Municipalizados de Abrantes
SS	Segurança Social
UE	União Europeia
VALNOR	Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano S.A.
WCED	World Commission on Environment and Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura conceptual do modelo PER da OCDE	10
Figura 2	Modelo DPSIR da Agência Europeia do Ambiente	11
Figura 3	Principais etapas processo de desenvolvimento do SIDS-Portugal	12
Figura 4	Metodologia utilizada na construção do SIDS Algarve	16
Figura 5	Metodologia utilizada no processo de construção do SIDS de Abrantes	21
Figura 6	Localização do concelho de Abrantes	22
Figura 7	Concelho de Abrantes	23
Figura 8	Percentagem de respostas obtidas no questionário enviado aos atores-chave locais	36
Figura 9	Número de atores-chave que já tinham ou não contactado com SIDS	37
Figura 10	Avaliação da importância de conhecer o desenvolvimento sustentável em Abrantes	37
Figura 11	Veículo que proporcionou aos atores-chave tomar conhecimento com SIDS	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Critérios usados para seleção dos indicadores (adp de Ramos, 1997)	19
Quadro 2	Densidade Populacional das Freguesias de Abrantes	24
Quadro 3	Variação da população no concelho de Abrantes	25
Quadro 4	Nível de Ensino da População Residente no Concelho de Abrantes	26
Quadro 5	Análise SWOT do concelho de Abrantes	30
Quadro 6	Lista de Indicadores inquiridos aos atores-chave	34
Quadro 7	Lista final de Indicadores de acordo com a priorização dada pelos atores-chave	39
Quadro 8	indicadores comuns a outros SIDS locais	40

Índice

1 - INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Enquadramento	1
1.2. Objetivos do estudo	3
2 – Enquadramento teórico	5
2.1 – Evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável	5
2.2- Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	8
2.3 – Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável a nível local.....	13
3 - METODOLOGIA	19
3.1 - Enquadramento	19
3.2 – Seleção de Indicadores	19
4 - CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ABRANTES.....	23
4.1 - Localização.....	23
4.2 - Demografia	24
4.3 – Educação	27
4.4 – Economia Local.....	28
4.5 - Ambiente	29
4.6 – Instrumentos de Gestão Territorial.....	30
4.7 – Análise Swot do Concelho de Abrantes	31
5. - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	35
Conclusões e Recomendações.....	45
Referencias Bibliográficas:	47
Anexo A	53
Anexo B	61
Anexo C.....	63
Anexo D	75
Anexo E.....	79
Anexo F.....	95

1 - INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é um conceito relativamente recente, existindo diversas definições sobre o mesmo. A expressão “desenvolvimento sustentável” foi empregue pela primeira vez pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) na publicação *World Conservation Strategy: Living Resource Conservation for Sustainable Development*, em 1980 (IUCN, 1980).

A definição para desenvolvimento sustentável mais aceite a nível internacional, é a referida no relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido por relatório Brundtland da World Commission on Environment and Development's (WCED) como " *o desenvolvimento que vai de encontro às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.*" (WCED, 1987).

Analisando esta definição, poderemos perguntar-nos: Quais são as necessidades do presente? Como poderemos não comprometer as necessidades futuras?

Olhando para as necessidades do presente, poderemos referir, como exemplo, a qualidade do ar que se respira, mas por outro lado temos também a necessidade de ter indústria para nos fornecer bens e necessitamos de veículos automóveis para transporte. Estas necessidades são potencialmente contraditórias, pois as indústrias e os veículos poluem o ar que necessitamos para respirar.

Se verificamos estes “potenciais conflitos” quando olhamos para necessidades individuais, como será relativamente a necessidades de um bairro, de uma cidade ou de um país?

É aqui que se centra o conceito de DS, procurando conjugar estas necessidades presentes e futuras de uma forma global e centrando a sua atenção em aspetos de ordem ambiental, económica, social e institucional. Uma vez que os recursos naturais do planeta são finitos e necessários quer para as gerações presentes quer para as futuras, torna-se fundamental que exista um planeamento a longo prazo da gestão destes recursos de modo a garantir a nossa sobrevivência.

Há um consenso crescente e global sobre a necessidade de conhecer os interesses das gerações futuras e de garantir o seu desenvolvimento. É fundamental para o DS a forma

como usamos os recursos naturais da Terra e os processos pelos quais eles são transformados (Cochrane, 2006).

É imprescindível fazer uma análise do momento atual e traçar linhas de ação para o futuro para se atingir os objetivos da comunidade de uma forma sustentável. Neste sentido, será necessário ter ao dispor, ferramentas de avaliação que permitam monitorizar o caminho que está a ser traçado pela sociedade, verificando se o trilho seguido leva ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável deve ser visto não apenas como algo a atingir, mas sim como um caminho a ser percorrido para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equilibrada com o ambiente envolvente. O desafio de construção desta “nova sociedade” será certamente grande e necessitará do envolvimento dos governantes, sociedade civil, organizações não-governamentais e outras instituições para que se possam desenvolver instrumentos que permitam avaliar de forma eficaz o desenvolvimento à escala local, regional, nacional e global, sendo uma ajuda preciosa no processo de tomada de decisão.

Na década de 1990 começou a surgir um movimento social internacional, sobre a sustentabilidade das comunidades locais (Innes & Booher, 2000).

A Comissão Europeia, na 3ª Conferência europeia sobre Cidades Sustentáveis (Hannover, 2000), apresentou um conjunto de indicadores comuns para serem adotados por comunidades locais. Estes esforços fazem parte de um movimento mundial para o desenvolvimento sustentável, com cada um trabalhando de forma independente, mas ligado através de redes e colaborações nacionais, regionais e locais.

Embora existam divergências sobre como definir e alcançar uma sociedade sustentável, parece existir um consenso de que os indicadores vão desempenhar um papel fundamental. Muitos projetos têm sido dedicados ao desenvolvimento de indicadores comunitários, muitas vezes desenhados de forma colaborativa por e para as pessoas de cada local (Innes & Booher, 2000).

Em Portugal, foi desenvolvido em 2000 a primeira edição do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) - “Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”, DGA (2000), sendo um instrumento para avaliar e relacionar a evolução da sustentabilidade do país (Gomes et al., 2000).

A nível local, as Agendas 21 Locais (A21L) foram o principal meio para o fomento de políticas visando o DS local, tendo algumas construído o seu próprio sistema de

indicadores, como foi o caso de Alenquer e Oeiras, entre outros em Portugal e por toda a Europa e não só.

É neste contexto que se pretende desenvolver este projeto ao desenvolver um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável para o concelho de Abrantes, incidindo sobre os aspetos ambiental, social, económico, institucional, incluindo aspetos por vezes não tão tradicionais da sustentabilidade, relacionados com questões não materiais como a cultura, a ética, a qualidade de vida, a felicidade, mas que já se começam a observar nos SIDS a nível internacional.

A escolha do concelho de Abrantes deve-se a ser um concelho de naturalidade e residência do autor do estudo, e onde ainda não foi desenvolvido um SID local, estando assim facilitada a identificação e o acesso aos atores-chave para o estudo em causa.

1.2. Objetivos do estudo

O objetivo principal deste trabalho de projeto é desenvolver um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável local, incidindo nas dimensões ambiental, social, económica e institucional, de acordo com o SID Nacional (Gomes et al., 2000). Pretende-se que o conjunto de indicadores escolhidos permita aferir em que medida o concelho de Abrantes consegue harmonizar a proteção ambiental, o desenvolvimento social, o crescimento económico, a estabilidade institucional e os valores não materiais, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Como objetivos específicos do trabalho temos:

- 1) Desenvolver uma revisão bibliográfica, constituindo o enquadramento teórico sobre indicadores de desenvolvimento sustentável com especial incidência para o nível local;
- 2) Realizar uma caracterização do concelho de Abrantes, atendendo à sua localização, demografia, educação, economia e gestão territorial;
- 3) Selecionar um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável a nível local, atendendo às dimensões do desenvolvimento sustentável, à realidade local, à acessibilidade dos dados e tendo ainda em conta os valores não materiais/não tradicionais da sustentabilidade, utilizando como estudo de caso o concelho de Abrantes.
- 4) Promover a participação de atores-chave locais na priorização dos indicadores selecionados;

5) Elaborar fichas para cada indicador selecionado, incluindo a sua descrição sumária e metodologia associada, com vista à sua determinação no futuro.

No enquadramento teórico, serão apresentados os conceitos-chave dos indicadores de desenvolvimento sustentável, bem como uma pesquisa bibliográfica sobre o que tem sido desenvolvido internacionalmente a este nível.

No capítulo seguinte será apresentada a metodologia e a caracterização do estudo de caso, seguida para a construção do sistema de indicadores para o concelho de Abrantes. As fontes nacionais e internacionais que serviram de base para a lista de indicadores escolhida e a forma como foi sendo restringida essa mesma lista.

Por último serão apresentados os indicadores escolhidos, sendo construída para cada um deles uma ficha de indicador onde será efetuada uma caracterização de cada indicador, dando indicações onde poderão ser recolhidos os dados para cada indicador.

2 – Enquadramento teórico

2.1 – Evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Nas últimas décadas temos assistido a uma crescente consciencialização de que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável. O modo como vivemos atualmente representa um fardo cada vez maior sobre o planeta. Por outras palavras, estamos a viver para além dos nossos meios: Da perda de biodiversidade com a destruição de florestas tropicais à pesca excessiva, vão-se tornando exagerados os efeitos negativos dos nossos padrões de consumo no ambiente, no clima e na saúde humana (Defra, 2010).

A palavra sustentável vem do latim *sustentare* que significa sustentar, suportar, manter. Nos dicionários de português, sustentar significa sustentar, conservar, manter, perpetuar. Sustentável será algo que se pode sustentar, mantendo-se constante ou estável por um longo período.

Embora o termo sustentabilidade tenha sido utilizado pela primeira vez na década de 80, a preocupação com esta temática é anterior. Em 1949 realiza-se, em Lake Success, nos EUA, a Conferência Científica das nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, onde se discutiu o exercício da atividade antrópica sobre os recursos naturais (Deponti, 2001).

Ao longo das últimas décadas, ocorreram vários acontecimentos que marcaram a evolução do conceito de Desenvolvimento Sustentável e que foram aumentando a consciencialização da humanidade para esta problemática.

A primeira manifestação de preocupação, a nível mundial, com as questões ambientais teve lugar em 1972 com a realização em Estocolmo da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano. Esta conferência (também considerada a primeira Cimeira da Terra) reuniu os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento, para que em conjunto procurassem delinear o direito da família humana a um ambiente saudável e produtivo (ONU, 2012).

Em 1980, a IUCN publicou a Estratégia de Conservação Mundial, onde surge pela primeira vez o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A Estratégia sustentava que a menos que a fertilidade e produtividade do planeta estejam protegidas, o futuro da humanidade está em risco (IUCN, 1980).

Em 1983, foi criada a World Commission on Environment and Development que foi convidada a formular uma agenda global para a mudança. O Relatório, “O nosso futuro comum”, elaborado em 1987 por esta Comissão também conhecido como Relatório Brundtland, representa um dos primeiros esforços globais para se compor uma agenda global para a mudança de paradigma no modelo de desenvolvimento humano (CNUDS, 2012). Segundo este relatório, desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações poderem satisfazer as suas próprias necessidades.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, decorreu na cidade do Rio de Janeiro em 1992 tendo adotado uma agenda para o meio ambiente e o desenvolvimento para o século XXI, a Agenda 21 que delineou um programa de ação para o Desenvolvimento Sustentável. O espírito desta conferência foi representado pela expressão “Harmonia com a Natureza” inscrita no primeiro princípio da Declaração do Rio (CNUDS, 2012).

Esta conferência, teve um impacto significativo em vários países fazendo soar as questões relacionadas com o ambiente e o desenvolvimento, tendo levado à divulgação do conceito de desenvolvimento sustentável, a nível internacional.

A União Europeia, institucionalizou o conceito de desenvolvimento sustentável, quando na formulação do Tratado da União Europeia (ou Tratado de Maastricht) assinado em 1992, no seu artigo 2º tem como primeiro objetivo da União, “a promoção do progresso económico e social e de um elevado nível de emprego e a realização de um desenvolvimento equilibrado e sustentável (...)” (UE, 1992).

Mais tarde com o Tratado de Lisboa a União Europeia reafirma no ponto 3 do seu artigo 3º, que “A União estabelece um mercado interno. Empenha-se no desenvolvimento sustentável da Europa, assente num crescimento económico equilibrado (...)”.(UE, 2010)

Vários países anunciam então, o desenvolvimento sustentável como um elemento da sua estratégia política, agrupando economia, ambiente e aspeto sociais.

Em 2002 foi realizada, em Joanesburgo, a Convenção Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, com o intuito de renovar o compromisso com o desenvolvimento sustentável tendo atribuído à Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, entretanto criada em 1993, a tarefa de acompanhar a implementação do desenvolvimento sustentável.

Em 2012 realizou-se no Rio de Janeiro nova Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento Sustentável, também conhecida por Rio+20, por se ter realizado 20 anos depois da primeira conferência.

Esta conferência, como referiu no seu encerramento o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, produziu um “documento final que oferece uma base sólida para o bem-estar social, económico e ambiental, sendo agora nossa responsabilidade construir sobre esta base. A Rio+20 afirmou princípios fundamentais – renovou compromissos essenciais – e deu-nos uma nova direção” (ONU, 2012).

É necessário fazer uma mudança decisiva no sentido do desenvolvimento sustentável, não apenas porque é a coisa certa a fazer mas também porque é do nosso melhor interesse a longo prazo, oferecendo a melhor esperança para o futuro (Defra, 2010).

Reagindo às alterações climáticas, à escassez de recursos à crise económica, parece surgir um consenso cada vez mais alargado junto de investigadores, governantes e sociedade civil sobre a necessidade de caminhar na direção da sustentabilidade conciliando as exigências ambientais, sociais e económicas – os três pilares da sustentabilidade como é referido no documento final da Cimeira Mundial de 2005 das Nações Unidas (ONU, 2005).

Mais recentemente tem sido discutido que dentro, ou mesmo para além dos principais pilares da sustentabilidade, devem ser abordadas questões consideradas não tão materiais ou tradicionais da sustentabilidade (Ramos, 2009). Estes valores menos tradicionais comparativamente às habituais formas de avaliação (como por exemplo o desemprego, o volume de negócios ou a produção de resíduos), são fundamentais para a mudança de paradigma que conduza a uma sociedade menos consumista e mais sustentável. Esses valores não materiais estão relacionados com questões como a religião, a cultura, a estética, o bem-estar humano, a qualidade de vida e a cidadania para aferir a sustentabilidade de um determinado país ou localidade, pois como referem McGillivray e Clarke (2006), aspetos como o género e a sustentabilidade tem vindo a ser cada vez mais considerados numa análise do bem-estar humano.

Não basta analisarmos as dimensões ambientais, sociais e económicas para avaliar se um determinado local progride no sentido do desenvolvimento sustentável ou não. Será necessário aferir da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos de modo a ter uma perspetiva mais abrangente do desenvolvimento de uma determinada localidade ou país. A noção de sustentabilidade implica uma inter-relação de justiça social, qualidade de vida,

equilíbrio ambiental e a rutura com o atual padrão de desenvolvimento (Jacobi, 1997, fide Jacobi, 2003).

2.2- Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

Um instrumento fundamental para a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável consiste no estabelecimento de objetivos e indicadores que possam medir o quanto se avançou em direção aos objetivos estabelecidos.

Os indicadores e índices ambientais apareceram com maior sentido na segunda metade do séc. XX, tendo surgido as primeiras obras científicas de relevo na década de 1970, de autores como Thomas (1972), Inhaber (1976), Ott (1978) e (Ramos, 2002).

Na área da ecologia já eram entretanto utilizados bio-indicadores, destacando-se os organismos atuando como indicadores sobre as variações dos níveis de contaminantes no biota. Para apurar o estado dos ecossistemas foram utilizados vários índices, como por exemplo o índice de diversidade de Shannon-Wiener (1949), que tem sido o índice mais usado para medir a diversidade de uma comunidade, como é referido por Gomes (2004).

Após a introdução do conceito de indicadores ao nível das instituições, começou a fazer sentir-se a necessidade da sua introdução na avaliação do desempenho das economias. O indicador mais utilizado para a avaliação das economias até à data, o PIB, demonstrou ser insuficiente para refletir o bem-estar económico e a sua evolução no tempo não permitia avaliar a sustentabilidade do desenvolvimento.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável constituem uma ferramenta essencial no contexto da avaliação do desempenho da sustentabilidade ao nível dos países, das regiões, das comunidades locais, das atividades económicas, das organizações públicas e privadas, de políticas, missões, projetos, atividades, produtos e serviços.

Estes indicadores são considerados hoje em dia, indispensáveis para fundamentar tomadas de decisão nas mais diversas áreas, ao nível do desenvolvimento local, regional e nacional. A maioria dos países da UE já publicou documentação sobre indicadores ambientais ou de desenvolvimento sustentável.

A ONU tem investido no desenvolvimento de um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS), no intuito de criar uma referência que os países possam utilizar na monitorização da sua evolução face a objetivos de políticas e na medição

dos resultados dessas políticas face a objetivos de DS. Este sistema foi concebido de forma integrada com a Agenda 21 e, ultimamente, com as metas de desenvolvimento para o Milênio e com questões identificadas no Plano de Implementação de Joanesburgo, no âmbito da Conferencia das Nações Unidas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ocorrida em 2002, na África do Sul (Vilares,2010).

Segundo a ONU, as linhas para a seleção dos indicadores devem obedecer a determinados critérios, como é referido por Vilares (2010):

- Relevância para a medição do progresso de Desenvolvimento Sustentável
- Limitação em número, mas abertura e adaptabilidade às necessidades futuras
- Capacidade para abranger as questões da Agenda 21 e de todos os aspetos pertinentes do Desenvolvimento sustentável
- Apreensibilidade, clareza e resistência a leituras ambíguas
- Robustez conceptual da construção
- Representatividade de questões consensualizadas internacionalmente do modo mais abrangente possível como relevantes
- Implementação e monitorização exequíveis na maioria dos países
- Dependência dos custos de informação efetiva de qualidade conhecida

Para Schirnding (2002), quando usados para objetivos locais, os indicadores devem satisfazer determinadas condições:

- Relevância tanto para os cidadãos como para o governo local;
- Refletir circunstâncias locais;
- Basear-se em informações que possam ser facilmente recolhidas;
- Mostrar tendências ao longo de um período de tempo razoável;
- Serem significativos quer individualmente, quer em conjunto com outros indicadores;
- Serem claros e de fácil entendimento, de forma a educar e informar;
- Potenciar mudanças nas políticas, serviços ou estilos de vida;
- Conduzir ao estabelecimento de metas.

Um número excessivo de indicadores induz não só maiores custos e uma maior complexidade na obtenção e sistematização dos dados, mas também acresce em dificuldade na sua leitura e interpretação (ONU, 2007).

Assim, com o desenvolvimento do SIDS o número de indicadores incluídos no sistema tem vindo a ser sucessivamente diminuído.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), num relatório sobre indicadores ambientais, define estes como, “uma ferramenta de avaliação entre outras; para captar-se todo o seu sentido, devem ser interpretados de maneira científica e política. Devem, com a devida frequência, ser completados com outras informações qualitativas e científicas, sobretudo para explicar fatores que se encontram na origem de uma modificação do valor de um indicador que serve de base a uma avaliação” (OCDE, 2002).

A OCDE preconiza a utilização do modelo conceptual de indicadores, para apoio à sua organização conhecido como modelo Pressão-Estado-Resposta (PER), que assenta em três grupos chave de indicadores (figura 1) (OECD, 1993):

Pressões - caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacte ambiental;

Estado - refletem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo; são por exemplo os indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambiental;

Resposta - avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou à implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes.

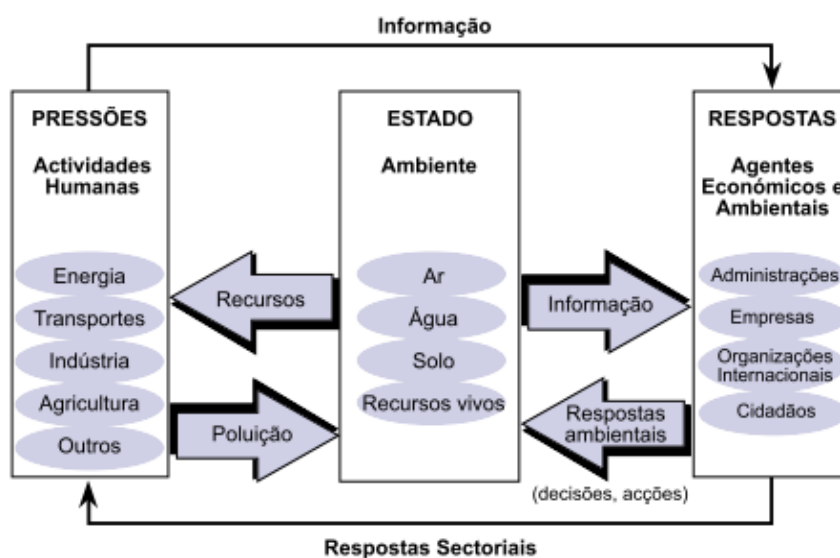


Figura 1 - Estrutura conceptual do modelo PER da OCDE (fonte: DGA, 2000).

Na União Europeia (UE) o desenvolvimento sustentável é instituído como um objetivo basilar e abrangente e tem como finalidade melhorar de forma contínua a qualidade de vida e o bem-estar das gerações atuais e futuras, ligando o desenvolvimento económico com a defesa do ambiente e com a justiça social (UE, 2009).

A quantificação dos progressos realizados no âmbito do desenvolvimento sustentável é parte integrante da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável (EDS) da UE, cabendo ao Eurostat a elaboração de um relatório de acompanhamento a cada dois anos, com base no conjunto de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da UE (IDS da UE).

Nesse relatório são apresentados por meio de quadros explicativos, os mais de 100 indicadores, organizados em 10 áreas temáticas, tendo sido identificados 11 considerados indicadores-chave (UE, 2009).

Este relatório do Eurostat, pretende aferir se a orientação seguida pela UE se encontra no bom caminho, tendo em atenção os objetivos e metas traçadas pela EDS.

A AEA, propõe como modelo conceptual para a identificação de indicadores de desenvolvimento sustentável, o modelo chamado DPSIR, que tem como filosofia geral a análise de problemas ambientais (figura 2) (RIVM, 1994 e 1995):

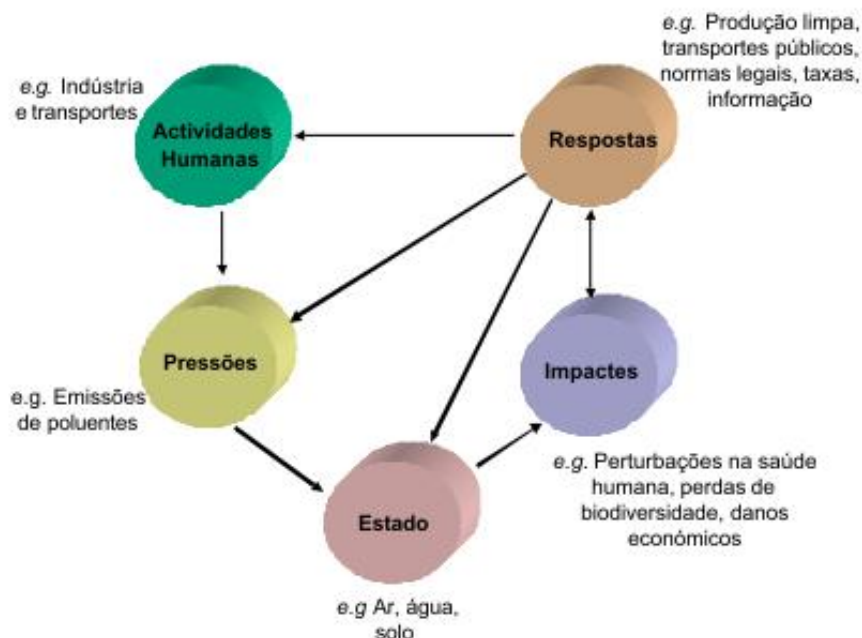


Figura 2 - Modelo DPSIR da Agência Europeia do Ambiente (fonte: DGA, 2000).

O Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) para Portugal, procura fornecer informação sobre o desempenho do país em matéria de sustentabilidade, tendo como objetivo fundamental a melhoria da qualidade das decisões em gestão da sustentabilidade (APA, 2007).

Deste modo, o SIDS ao responder à necessidade de avaliar o progresso do país em matéria de sustentabilidade, possibilita estabelecer a ligação com as políticas, planos e programas de âmbito nacional, regional e sectorial.

A primeira edição do SIDS em Portugal, foi publicada em 2000, tendo apresentado uma plataforma de indicadores ambientais, sociais, económicos e institucionais, alicerçada no modelo Pressão-Estado-Resposta.

A edição de 2007 do SIDS em Portugal, resultou do trabalho desenvolvido nos últimos anos, na área de indicadores de desenvolvimento sustentável bem como das reflexões e observações elaboradas pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) sobre o SIDS 2000 (APA, 2007). O modelo construído para a realização da edição do SIDS 2007, integra diversos elementos principais que são apresentados na figura seguinte (Figura 3).

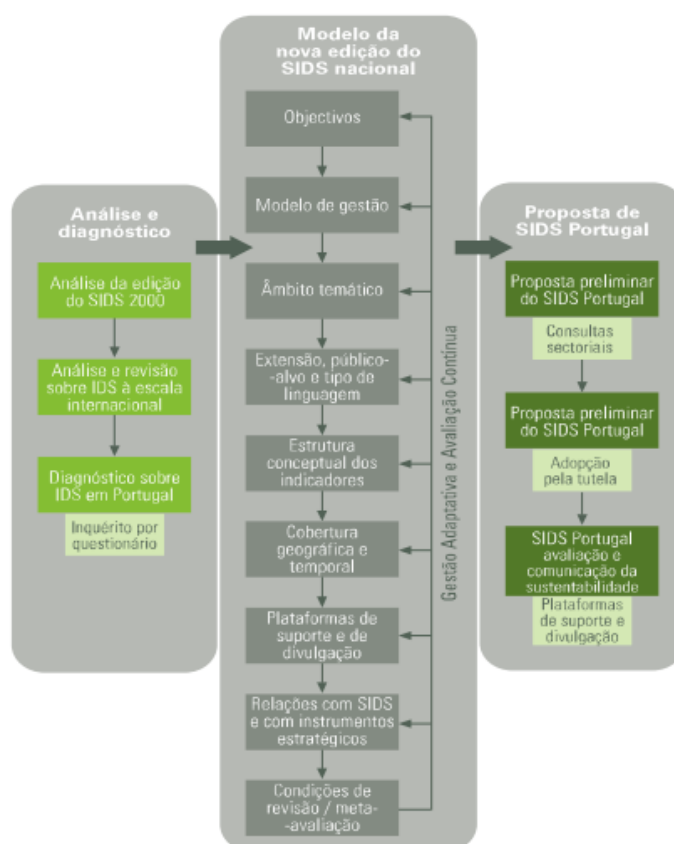


Figura 3 - Principais etapas processo de desenvolvimento SIDS-Portugal (fonte: APA, 2007).

2.3 – Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável a nível local

Conforme evidenciado nos capítulos anteriores o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como um paradigma de destaque nos últimos anos. Várias cidades nos EUA, lançaram programas de sustentabilidade, contribuindo para o movimento de sustentabilidade generalizado no país. Tem havido um interesse crescente no papel das cidades e dos municípios nesta temática, o que não será surpreendente, uma vez que uma grande proporção da produção, consumo e geração de resíduos está concentrada nas áreas urbanas (Saha, 2009).

Muitas das vezes desequilíbrios entre a economia nacional e o ambiente, têm como reflexo o consumo exagerado de recursos a nível local, ficando os municípios com o ónus de encontrar soluções para esses desequilíbrios. No entanto, será também a nível local que existirão mais oportunidades para um envolvimento direto das pessoas na resolução desses problemas, pois os governos locais estão bem mais próximo dos cidadãos do que o governo central. Como refere Saha (2009) as cidades oferecem oportunidades inexploradas para resolver os desafios ambientais e os governos locais podem e devem ser pioneiros em novas abordagens para o DS e para a gestão urbana.

A nível local, o DS tem sido discutido essencialmente no processo da Agenda 21 (A21) que foi adotada em 1992 na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) realizada no Rio de Janeiro e tem por objetivo ser um documento orientador para os governos, organizações internacionais e para a sociedade civil, para o DS visando harmonizar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social. (ONU, 1992)

Em 1994, realizou-se em Aalborg, sob a égide da Comissão europeia, a primeira Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, onde foi aprovada a “Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade” (Carta de Aalborg). Nesta carta, as cidades europeias signatárias reconheceram que o atual modo de vida urbano responsabiliza maioritariamente os governos locais pelos problemas ambientais com que a humanidade se confronta. Esta carta preconiza que os municípios adotem estratégias para avaliar a sua sustentabilidade, baseando-as em diferentes tipos de indicadores de sustentabilidade (CCES, 1994).

No ano de 2000, durante a 3ª Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, a Comissão Europeia (CE) apresentou um conjunto de Indicadores Comuns Europeus (ICE) tendo recomendado a sua adoção pelas comunidades locais europeias. Esta iniciativa no âmbito da monitorização destina-se a apoiar as autoridades locais nos seus esforços para alcançar a sustentabilidade e a fornecer informações objetivas e comparáveis sobre os progressos no domínio da sustentabilidade em toda a Europa (CE, 2000).

A CE entende que os Indicadores de Sustentabilidade Local deverão ser mais abrangentes que os indicadores ambientais tradicionais e ir além da abordagem sectorial que os caracteriza. Assim, de modo a poder realizar progressos na monitorização os indicadores de sustentabilidade local devem ser integrados, refletindo desse modo a interação entre os aspetos ambientais, económicos e sociais.

Para poder ser uma ferramenta eficaz no apoio ao desenvolvimento local, a avaliação da sustentabilidade feita através de indicadores deve ser baseada em indicadores selecionados a nível local fornecendo uma panorâmica geral da situação. Os indicadores devem representar claramente o que sucede numa determinada região e em que direção o desenvolvimento está a ser encaminhado (Scipioni, 2008) e para que possam ter utilidade, devem ser desenvolvidos com a participação de quem os vai usar e aprender com eles (Innes and Booher, 2000).

Não se poderá dizer que exista uma fórmula ou estratégia por mais simples que seja para se construir um sistema de indicadores. Essa tarefa será distinta em cada cidade, dependendo da cultura local, das questões colocadas, dos atores locais e das instituições existentes. Será essencial para cada município ou região conceber os seus próprios indicadores à sua maneira de modo a servir os seus próprios objetivos (Innes and Booher, 2000).

Estes indicadores selecionados a nível local podem ser escolhidos por dois tipos de abordagem: liderado pelo governo local - de cima para baixo - ou liderado pela comunidade local - de baixo para cima - (McMahon, 2002). De referir que a metodologia “de cima para baixo” é contrária ao definido na Agenda 21 Local (A21L), que pretende ser um método participativo e multi-setorial, que como é referido no capítulo 28 da Agenda 21, apela às autoridades locais de cada país para que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações (Agenda 21).

Os executivos municipais estão bem posicionados para liderar ações que levem à construção de indicadores a nível local numa abordagem de “cima para baixo” podendo incentivar a participação de organizações e outros parceiros locais. No entanto, a perspetiva

do público e uma abordagem de “baixo para cima” é também necessária para a construção de indicadores a nível local (McMahon, 2002).

Um dos exemplos da combinação destas duas abordagens é a cidade de Bristol, no Reino Unido, onde foram selecionados indicadores com o objetivo de medir a qualidade de vida da comunidade de Bristol e monitorizar a sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade/qualidade de vida são medidos em cinco níveis para dar uma visão mais abrangente da cidade de Bristol. Esses cinco níveis são:

- Indicadores europeus comuns a vários países – introduzidos em 2000;
- Indicadores chave nacionais e regionais – introduzidos em 1998/1999;
- Indicadores dados por atores-chave, selecionados após consulta pública e de atores-chave no processo da A21L estes indicadores são medidos e atualizados por atores-chave e pela comunidade;
- Indicadores de bairro e da cidade em geral, introduzidos como referência em 1995 e avaliados pela autoridade local;
- Indicadores de grupos da comunidade – desenvolvidos desde 2001/2002 e avaliados por cada grupo; (McMahon, 2002).

A escolha dos indicadores em Bristol obedeceu aos seguintes critérios (McMahon, 2002):

- Facilmente perceptíveis e capacidade para simplificar informação complexa;
- Refletir preocupações do dia-a-dia relativamente à sustentabilidade e qualidade de vida;
- Capacidade de mostrar tendências ao longo do tempo e avaliar se as mudanças vão na direção da sustentabilidade;
- Flexibilidade numa sociedade em mudança;
- Permitir comparações entre bairros e cidades.

Também em Campina Grande, Brasil, se utilizou a validação por atores locais na construção de um Índice de Desenvolvimento Local Sustentável, procurando sistematizar informações fundamentais para a implementação de políticas capazes de gerar o desenvolvimento de forma sustentável. Utilizaram assim, um compromisso entre o método científico e a participação de atores sociais na priorização de questões do desenvolvimento local (Silva *et al.*, 2009).

Existem muitos outros exemplos desta combinação de abordagens, destacando-se aqui apenas estes dois a título exemplificativo e pelo sucesso obtido por ambos.

No caso de Portugal, um exemplo de construção de um SIDS à escala regional será o do Algarve que foi desenvolvido nos anos de 2006 e 2007 tendo participado 11 dos 16 municípios da região. Apesar de apenas um dos municípios ter dado seguimento, a nível local, ao SIDS Algarve, todos os 11 municípios consideraram-no uma ferramenta importante para apoiar no presente e no futuro o desenvolvimento de iniciativas de indicadores locais. Este resultado aponta para que uma iniciativa regional pode agir como uma força motriz importante para incentivar as autoridades locais no desenvolvimento de abordagens semelhantes para os seus municípios (Mascarenhas *et al.*, 2010).

Na metodologia utilizada para o desenvolvimento do SIDS Algarve (figura 4) partiu-se de um conjunto de 130 indicadores base, tendo sido identificados 30 indicadores-chave para monitorização da sustentabilidade regional.

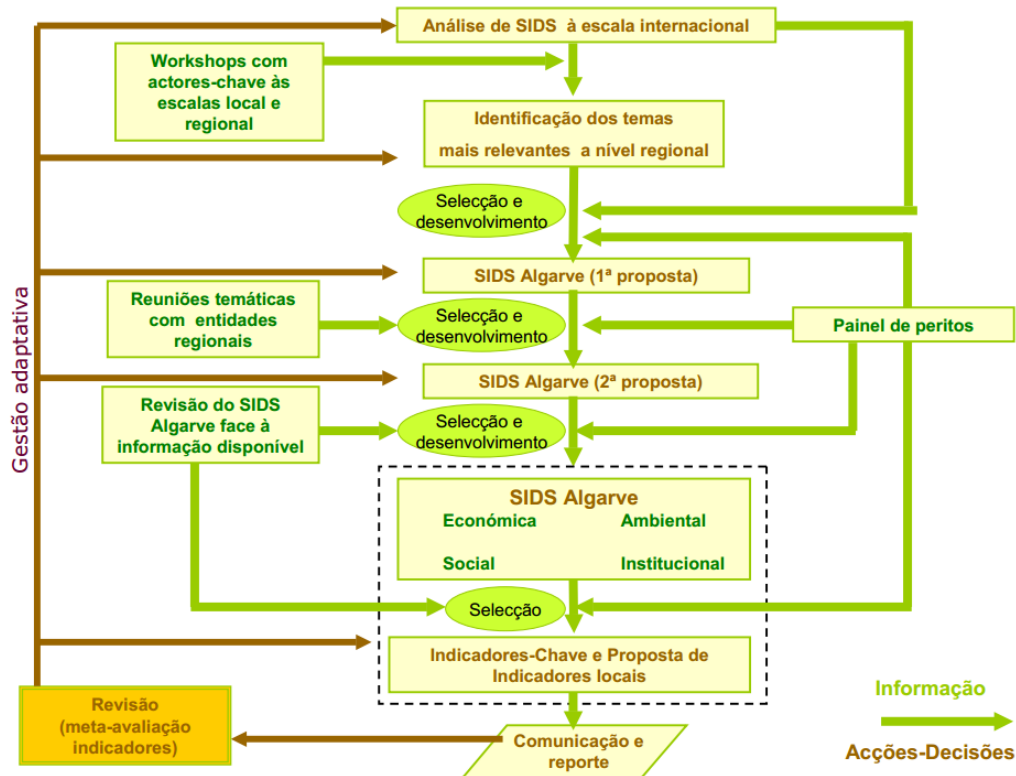


Figura 4: Metodologia utilizada na construção do SIDS Algarve. Fonte: Vaz *et al.* (2007).

Em termos de SIDS a nível local em Portugal poderemos referir a título de exemplo, os municípios de Oeiras e Alenquer que desenvolveram os seus SIDS no âmbito da A21L.

Para a construção dos SIDS locais, estes municípios promoveram juntos das suas comunidades e de atores-chave seleccionados, entrevistas e sessões participativas para identificar as prioridades sentidas pela comunidade. No caso de Oeiras, por exemplo, a

metodologia adotada assentou em 3 grandes etapas: O Diagnóstico Seletivo, o Quadro Estratégico de Referência e as Propostas de Ações de Intervenção, tendo associado a cada uma das etapas um processo complementar de participação da população e de outros atores locais. O SIDS de Oeiras preconiza ter como utilidade prática a monitorização e avaliação da A21L; o suporte de acompanhamento, monitorização e avaliação do Plano Diretor Municipal e o suporte de avaliação das políticas municipais e planos de atividades, na óptica do desenvolvimento sustentável do concelho, entre outros (CMO, 2001).

No caso do município de Alenquer, o sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável foi concebido com o intuito de monitorizar a evolução da situação da agenda 21 de Alenquer. Foi estruturado em dois níveis de indicadores: um nível geral que se pretendia ser facilmente comparável com outros territórios e um segundo nível de indicadores encontrados de forma participada em fases anteriores da A21L (CM Alenquer, 2009).

3 - METODOLOGIA

3.1 - Enquadramento

O presente trabalho baseia-se numa análise maioritariamente qualitativa, recorrendo à pesquisa documental, entrevistas e inquérito por questionário, com base num estudo de caso (Carmo e Ferreira, 2008). O objetivo do trabalho foi a criação de uma proposta de SIDS a aplicar no concelho de Abrantes, tendo sido desenvolvido em 5 etapas que se explica no subcapítulo seguinte: 1) Pesquisa bibliográfica e análise de SIDS Internacionais, Nacionais, regionais e Locais; 2) Listagem exhaustiva dos indicadores encontrados na pesquisa anterior; 3) Seleção dos indicadores mais adequados à realidade do concelho de Abrantes, com base em inquérito por entrevista a decisores; 4) Segunda seleção de indicadores com base num inquérito por questionário on-line aos principais atores chave do concelho; 5) Listagem final de indicadores a constituírem a proposta de SIDS para Abrantes, com base em novo inquérito por entrevista a decisores e técnicos.

3.2 - Seleção de Indicadores

Este trabalho de projeto tem por objetivo a construção de uma proposta de um SIDS a ser aplicado no concelho de Abrantes. Pretende ser uma ferramenta que possa monitorizar o desenvolvimento sustentável em Abrantes, sendo assim uma ferramenta de apoio à tomada de decisão por parte dos governantes locais.

Numa primeira fase deste trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre IDS utilizados por diferentes organizações como a ONU, a UE, a OCDE; países, como o Reino Unido, a Finlândia, a Escócia, o Brasil e Portugal; regiões como o Algarve; ou locais como nos municípios de Seattle, Oeiras e Lagos, a partir de fontes confiáveis de modo a evitar questões sobre a sua validade ou ambiguidade (ONU, 2007) tendo assim sido criada uma lista extensa de indicadores utilizados por SIDS a nível internacional, nacional, regional e local à qual foram aplicados critérios para seleção de modo a ser possível desenvolver uma reduzida e viável lista de indicadores.

O processo de seleção dos indicadores procurou seguir um conjunto de critérios objetivos (quadro 1), pretendendo satisfazer por um lado a conveniência da escolha e por outro a relevância dos resultados (Ramos, 1997).

Quadro 1: Critérios usados para seleção dos indicadores (adaptado de Ramos, 1997).

Critérios usados para seleção dos Indicadores
<ul style="list-style-type: none">• Ajuste à realidade do concelho de Abrantes e resultados da A21L• Sensibilidade do público-alvo• Possibilidade de comparação com SIDS de outros municípios• Possibilidade de atualização• Representatividade das dimensões do DS• Número de Indicadores• Facilidade de determinação e interpretação

Considerando que, segundo McMahon (2002) os municípios estão bem posicionados para liderar ações que levem à construção de indicadores a nível local, foi realizada um entrevista com a Sra. Presidente da Câmara de Abrantes, para identificar da primeira lista extensiva dos indicadores quais os mais significativos para o concelho de Abrantes. Esta solicitação foi também pedida à Sra. Vereadora da Educação e Ação Social e ao coordenador da Tagus – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, dois atores-chaves importantes no concelho porque a Sra vereadora é a responsável pela área social e da educação do concelho, sendo por isso bastante conhecedora da realidade e das necessidades sociais e educativas do concelho e o coordenador da Tagus pelo papel que esta instituição tem na estratégia para o desenvolvimento local, tendo como objetivo principal a promoção, o apoio e a realização de um aproveitamento mais racional das potencialidades do concelho tendo em vista a melhoria das condições de vida da população residente.

Desta forma, os indicadores foram priorizados por esta equipa de 3 decisores tendo chegado a uma lista de indicadores que foram apresentados através de questionário aos

principais atores-chave locais de modo a serem selecionados os indicadores considerados mais importantes por estes.

A lista de indicadores selecionados pelos 3 decisores foi colocada num questionário que foi distribuído a 48 atores-chave do concelho de Abrantes escolhidos de acordo com a sua influência e representatividade junto da comunidade abrantina. Entre as entidades representadas por estes atores contam-se a autarquia, juntas de freguesia, direções de agrupamentos escolares, professores do ensino secundário, empresas relevantes na região, entre outras. Neste questionário foi pedido para serem priorizados os indicadores apresentados, para além de algumas questões sobre a perceção dos atores-chave sobre o conhecimento do desenvolvimento sustentável, a importância dos indicadores a nível local, e as áreas mais importantes para o concelho. A priorização dos indicadores foi feita atribuindo a classificação de 1 a 5 a cada indicador, sendo que 1 correspondia ao considerado menos importante e 5 ao mais importante. Era dada ainda a hipótese de “escolha 0” para quando o indicador não fosse compreendido ou para quando o ator não sabe/não responde. Foi calculada a soma dos valores atribuídos a cada um dos 63 indicadores, pelos diferentes atores.

O inquérito foi elaborado como um formulário interativo e disponibilizado através da plataforma web open source “google Docs”. Este inquérito foi disponibilizado a cada ator chave por correio eletrónico, após contacto pessoal ou telefónico com cada um deles.

Após a recolha dos questionários e da sua priorização foi efetuada uma entrevista individual com 3 atores-chave (Presidente da Câmara, administrador hospitalar e diretora de qualidade) para fazer a seleção final dos indicadores a partir da priorização dada pelos outros atores-chave. A escolha destes atores teve a ver com o facto de a Presidente de Câmara ser a principal decisora do concelho, enquanto que os outros dois pelo facto de a engenheira diretora de qualidade de uma empresa da região ter também a seu cargo os procedimentos de sustentabilidade da empresa e o administrador hospitalar pela facilidade de contacto pelo autor do estudo e pelo facto de pretender um ator não diretamente relacionado com o desenvolvimento sustentável, para ter também uma opinião mais relacionada com o público em geral e menos ligada quer à autarquia quer a procedimentos de sustentabilidade. Da lista final de indicadores foi realizada uma ficha por indicador com informação como nome do indicador, unidade de medida, fonte de informação, periodicidade, breve descrição, metodologia para a sua determinação e identificação de outros SIDs onde este indicador também foi utilizado.

Este processo de construção dos indicadores pode ser resumido no diagrama da figura 5.

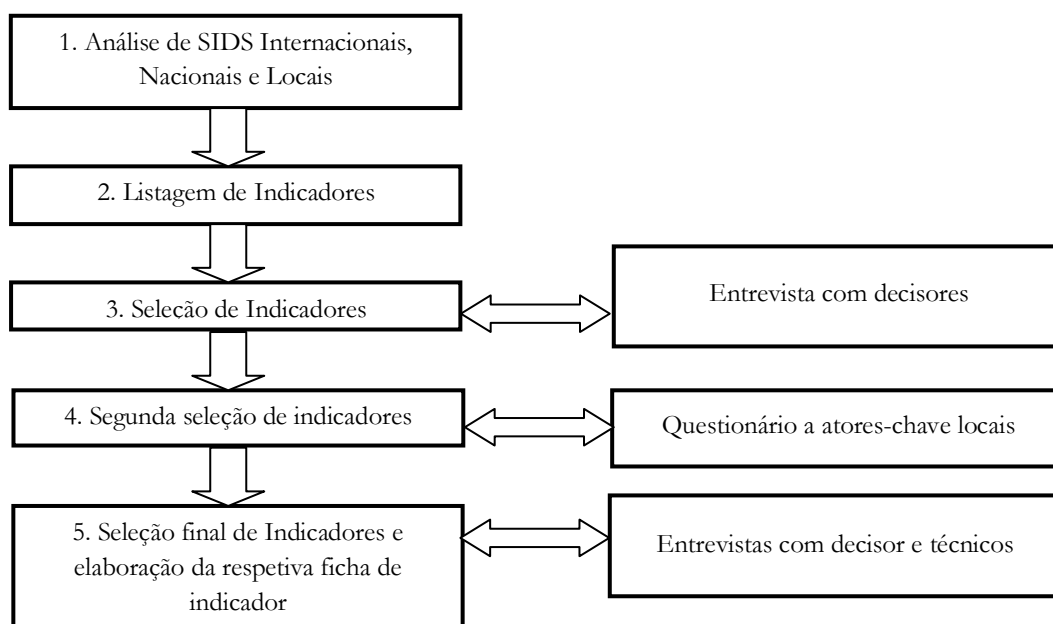


Figura 5: Metodologia utilizada no processo de construção do SIDS de Abrantes.

Do ponto de vista dos recursos naturais, Abrantes usufrui de dois dos maiores recursos hídricos do País: o Rio Tejo (que atravessa o concelho numa extensão de cerca de 30 Km) e a Albufeira de Castelo do Bode.

Os concelhos limítrofes são Sardoal e Vila de Rei a Norte, Mação e Gavião a Este, Ponte de Sôr e Chamusca a Sul e Constância e Tomar a Oeste.

Abrantes é um concelho que se estende por cerca de 700,46 Km², sendo constituído por 19 freguesias, tendo uma cidade (Abrantes) e uma vila (Tramagal) (ver figura 7).



Figura 7 - Concelho de Abrantes (fonte: EAPN, 2003).

4.2 - Demografia

Segundo os Censos de 2011, o concelho de Abrantes tem uma população de 39.325 habitantes, o que representa um decréscimo de cerca de 7% relativamente aos Censos de 2001. Tal facto dever-se-á à evolução negativa do crescimento natural da população (-4,7%

no período de 1991-2001), mas também devido à saída de população residente no concelho (CMA, 2007).

Esta perda de população verifica-se essencialmente nas freguesias rurais, enquanto a cidade de Abrantes tem vindo a aumentar a sua população.

As freguesias mais populosas são: S. Vicente, Tramagal, Alferrarede e S. Miguel do Rio Torto, sendo as de maior densidade populacional as freguesias de S. João, Alferrarede, Rossio ao Sul do Tejo, S. Vicente e Tramagal como se pode ver no quadro 2.

Quadro 2 – Densidade Populacional das Freguesias de Abrantes.

	Censo 1991 (Hab)	Censo 2001 (Hab)	Censo 2011 (Hab)	Superfície (Km2)	Densidade Populacional 2011 (Hab/Km2)
CONCELHO	45697	42 235	39 362	713,46	55,17
Aldeia do Mato	768	560	441	31,4	14,04
Alferrarede	4332	3831	3889	23,6	164,79
Alvega	2175	1729	1502	56,6	26,54
Bemposta	2606	2252	1797	188,3	9,54
Martinchel	747	713	623	17,1	36,43
Mouriscas	2243	1946	1823	34,9	52,23
Pego	3032	2570	2437	36	67,69
Rio de Moinhos	1665	1388	1199	20,1	59,65
Rossio Sul do Tejo	2343	2227	2006	6,6	303,94
São Facundo	1392	1133	938	80,6	11,64
Abrantes (São João)	2130	1850	1697	2,3	737,83
São Miguel R. Torto	4022	3422	2875	52,2	55,08
Abrantes (S. Vicente)	8711	10698	11590	38,6	300,26
Souto	852	567	418	13,3	31,43
Tramagal	4568	4043	3536	24	147,33
Vale das Mós	822	747	587	22,7	25,86
Concavada	858	734	653	19,4	33,66
Fontes	1256	819	619	28,1	22,03
Carvalhal	1175	1006	732	17,4	42,07

Fontes: INE - (1991, 2011).

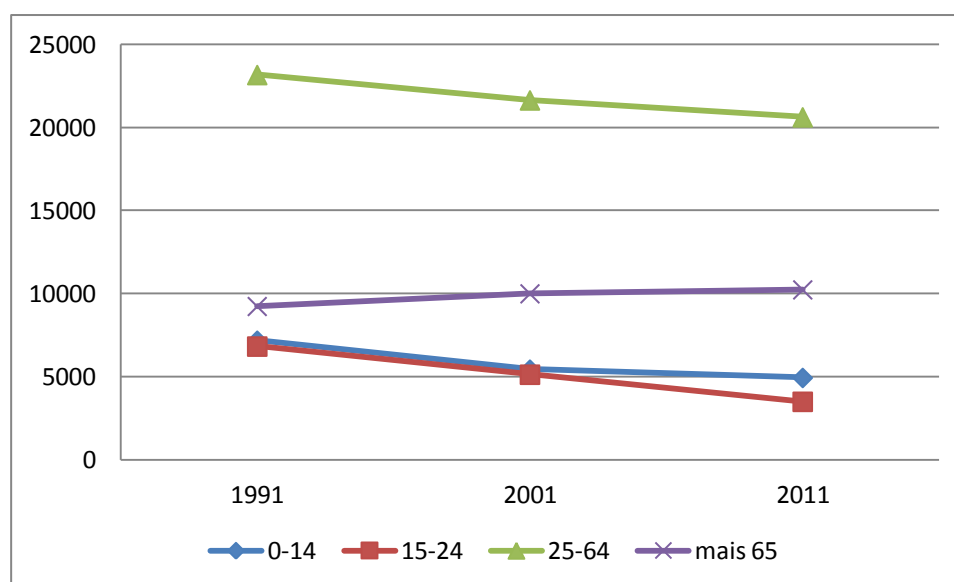
Nota-se que a população do concelho se encontra essencialmente nas freguesias que constituem a cidade de Abrantes (S. Vicente, S. João, Rossio ao Sul do Tejo e Alferrarede) e na vila do Tramagal.

Analisando a evolução da população residente por grupos etários, entre 1991 e 2010 (quadro 3), verifica-se um envelhecimento da população, notando um decréscimo de indivíduos em todos os grupos etários, sendo este notoriamente mais acentuado nos grupos mais jovens enquanto nos grupos de 25 a 64 anos e de mais de 65 anos a perda de

população é menos marcada. De notar que o grupo etário 15-24 anos teve um decréscimo de quase 50% no número de indivíduos.

Quadro 3 – Variação da população no concelho de Abrantes entre 1991 e 2010.

Grupo etário	População residente			Variação da população (%)	
	1991	2001	2011	1991/2001	2001/2011
0-14	7186	5443	4947	-24,97	-9,11
15-24	6834	5141	3510	-23,02	-31,73
25-64	23170	21643	20624	-5,52	-4,71
mais 65	9244	10008	10244	7,54	2,36



Fonte: INE (2011).

Desta forma pode-se concluir que não só a população do concelho de Abrantes está a envelhecer, como o próprio concelho não tem sido capaz de atrair investimentos e pessoas, de modo a senão aumentar, pelo menos conseguir manter a população constante. Esta tendência demográfica deverá ser preocupante para o Concelho, pois revela incapacidade de regeneração da população residente no mesmo.

Abrantes terá de inverter esta tendência para evitar o declínio real do concelho. Para isso será necessário promover um crescimento económico e sustentável.

4.3 - Educação

Verifica-se que entre 1991 e 2001 houve um decréscimo de cerca de 3% na taxa de analfabetismo, redução mais acentuada que a nível nacional que se ficou pelos 1,8% (INE). Relativamente a 2011 ainda não existem dados disponíveis no INE (quadro 4).

Quadro 4 – Nível de Ensino da População Residente no Concelho de Abrantes.

NIVEL DE ENSINO	1991		2001		2011	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
População Residente com 1º, 2º ou 3º Ciclo Básico	26 353	57,8	25 063	59,3	22918	58,2
População Residente com Ensino Secundário	9 430	20,6	6 999	16,7	4847	12,3
População Residente com Ensino Superior	1 632	3,6	3 567	8,4	3570	9,1
Taxa de Analfabetismo	14,70%		11,47%		Sem dados disponíveis	

Fonte: INE (2007, 2011)

Analisando o nível de ensino da população do concelho de Abrantes, verifica-se a predominância do ensino básico que é atingido por mais de 58% da população. Por outro lado, verifica-se que a população com o nível de instrução secundária tem vindo a decrescer, o que poderá ser compatível com o decréscimo acentuado da população na faixa etária dos 15 aos 24 anos. No que respeita ao nível de instrução superior, 9,1% da população residente atingiu este nível de ensino. Se compararmos com a média nacional para os referidos níveis de ensino: Básico – 54,6%; Secundário – 12,9% e Superior – 12%, verificamos que no ensino básico o concelho tem um valor superior à média nacional e inferior à média no ensino superior, sendo similar a nível secundário (INE, 2011).

4.4 – Economia Local

Abrantes é uma cidade de serviços, mas também com forte vocação e tradição industrial que, cada vez mais afirma a sua posição estratégica na região. Como é referido na caracterização do concelho, na Carta Educativa do Concelho de Abrantes (CMA, 2007) *“Do ponto de vista geo-estratégico, o concelho de Abrantes tem uma posição repleta de potencialidades e desempenha um importante papel polarizador na sub-região em que está inserido.”*

A base económica é muito diversificada e essa é uma das potencialidades mais importantes do Concelho. Abrantes é também uma cidade com potencialidades turísticas e com capacidade de atrair visitantes. Ainda de acordo com a Carta Educativa do Concelho *“Importa realçar a integração do concelho no triângulo estratégico Abrantes – Tomar – Torres Novas, com forte vocação e tradição industrial, e a importância que o mesmo pode vir a exercer como zona de descompressão relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, bem com servir de zona de recreio e lazer face ao forte potencial turístico que apresenta.”* (CMA, 2007).

A proximidade da albufeira do Castelo de Bode é sem dúvida uma mais-valia para o concelho para o desenvolvimento do turismo, sendo um local de eleição para o recreio e lazer, para a prática de desportos náuticos, e usufruto da natureza. Na vertente turística e do lazer, será de realçar ainda o Aquapólis - projeto de requalificação das margens do Tejo – na cidade de Abrantes, onde a construção de um açude permitiu a criação de um grande espelho de água, proporcionando uma nova zona de lazer (CMA, 2007).

Apesar de co-existirem no Concelho atividades ligadas aos três sectores produtivos é, seguramente, no Sector Terciário que Abrantes atinge o máximo de eficiência. A Cidade oferece um vasto leque de serviços caracterizados pela sua qualidade e diversidade, servindo uma população de cerca de 70.000 pessoas do Concelho de Abrantes e limítrofes, como por exemplo: Instituições Bancárias e de Seguros, Segurança Social, Repartição de Finanças e Fazenda Pública, Tribunal Judicial, Ministério Público, Tribunal do Trabalho, Associação Empresarial do Concelho de Abrantes e Limítrofes, Núcleo do Nersant, Associação Comercial e de Serviços, Tagus Valley, entre muitos outros serviços.

Ao nível industrial e empresarial, Abrantes foi um alvo privilegiado da política de industrialização dos Planos de Fomento, conseguiu resistir à instabilidade política e económica dos anos 70 e 80 do século XX. A adesão à União Europeia trouxe consigo uma acrescida concorrência internacional, o que obrigou a reestruturações no sector tendo

levado a uma desindustrialização e desemprego industrial no concelho (CMA/PROGITAPE, 2007).

Com o desaparecimento das tradicionais indústrias metalúrgicas que no passado engrandeceram a economia local, o Azeite tornou-se um dos principais agentes económicos da região. Nesta matéria, Abrantes dispõe de cerca de 50% da quota nacional do mercado. O aparecimento de novas empresas permitiu a diversificação da base económica e a localização estratégica de Abrantes conferiu-lhe características únicas que possibilitaram o investimento (CMA, 2007).

As indústrias alimentares, da madeira e da cortiça, do fabrico de peças metálicas, de componentes para automóveis, de máquinas, de equipamentos, de material de transporte, da produção de energia elétrica, assumem um papel muito importante no contexto local.

A última década do século XX trouxe novas preocupações e exigências acrescidas para o concelho, em matérias como a qualidade, o ambiente, a formação profissional ou a introdução de novas tecnologias, de forma a garantir o objetivo da Competitividade de Abrantes (CMA/PROGITAPE, 2007).

4.5 - Ambiente

Nos últimos anos, tem havido uma preocupação crescente com as questões ambientais. Foram criados parques industriais nos subúrbios da cidade e noutras freguesias do concelho para deslocalizar alguma indústria que se encontrava mais no centro da cidade. O município desenvolveu vários projetos públicos a pensar no ambiente, como por exemplo a criação do Parque Urbano de S. Lourenço, o Aquapolis – Projeto Urbano Ribeirinho de Abrantes e a requalificação dos jardins da cidade (Mungambe, 2005).

O abastecimento público de água à população é assegurado pelos Serviços Municipalizados de Abrantes (SMA) sendo a captação de água feita através de águas subterrâneas, nascentes, drenos e poços e de captações de águas superficiais na albufeira de Castelo do Bode e na Barragem do Negrelinho – Mouriscas. Estas infraestruturas permitem a distribuição de água à quase totalidade dos aglomerados do concelho (CMA, 2013).

A CMA, concessionou em 2008 à empresa Abrantaqua, a exploração, gestão e manutenção do sistema de drenagem de águas residuais urbanas que é feita através de estações de tratamento de águas residuais e de fossas sépticas ainda existentes no concelho. A CMA

pretendia que fossem executadas infraestruturas de modo a alcançar 92,20% da população servida com rede de saneamento, no prazo de 4 anos a contar do início do período da concessão (CMA, 2013). Nesta situação, apesar de algumas infraestruturas estarem construídas e a funcionar existem algumas com atraso na sua execução.

Relativamente à recolha de resíduos sólidos, é da competência dos SMA o planeamento, a organização, a recolha e o transporte dos resíduos sólidos urbanos e equiparados. Segundo dados de 2011, 63% dos resíduos foram encaminhados para central de valorização orgânica e 37% para aterro sanitário (CMA, 2013).

O serviço de recolha seletiva de resíduos sólidos está a cargo da VALNOR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos do Norte Alentejano, SA existindo uma vasta cadeia de ecopontos espalhados pelas 19 freguesias do concelho. Segundo dados de 2011, foram recolhidas cerca de 893 toneladas de papel/cartão, 380 de embalagens e 447 toneladas de vidro (CMA,2013).

No que respeita à qualidade do ar, existem no concelho de Abrantes quatro estações de monitorização da qualidade do ar em Abrantes, Pego, Mouriscas e São Facundo (CMA, 2013). Esta situação reveste-se de importância, pois a Central termoelétrica do Pego encontra-se instalada no concelho e tem como poluentes das emissões gasosas o Dióxido de Enxofre, o Dióxido de Azoto e Partículas. Segundo dados da empresa, os valores anuais dos poluentes tem-se mantido abaixo dos valores limite de emissão (PEGOP, 2011).

4.6 – Instrumentos de Gestão Territorial

No que respeita aos instrumentos de gestão territorial, o concelho de Abrantes teve o seu Plano Diretor Municipal (PDM) aprovado pela assembleia municipal em Novembro de 1994, e publicado em Diário da Republica em Junho de 1995. Em Outubro de 2001 foi deliberado pela CMA a revisão do PDM que ainda não se encontra terminada, estando atualmente em fase de Elaboração o Modelo Global de Ordenamento para o Concelho (CMA, 2012).

Em vigor, aprovado pela Assembleia Municipal em Abril de 2009 e publicado no D.R. em Junho de 2009, está também o Plano de Urbanização de Abrantes que se encontra em fase de revisão tendo sido publicado o seu aviso no D. R., 2ª série – N° 42 - 28 de Fevereiro de 2013, tendo terminado em Março de 2013 o período de 30 dias de audição ao público.

Vários planos municipais foram objeto de participação e discussão pública, dos quais se destacam o PDM, o Plano de Pormenor do Parque Industrial de Abrantes – Zona Norte, Plano de Urbanização de Abrantes, Plano de Urbanização de Tramagal, Plano de Urbanização do Pego e o Plano Municipal de Emergência.

Outro instrumento de gestão territorial de que o concelho dispõe é o Plano Estratégico da Cidade de Abrantes, que pretende reorientar/reforçar os objetivos a alcançar, tendo em conta as transformações ocorridas no concelho na última década. A sua primeira versão foi elaborada em 1995, estando em vigor o plano idealizado para o ciclo de 2007 a 2013.

A implementação da A21L de Abrantes surgiu por iniciativa da CMA em 2008, tendo estabelecido para esse efeito uma parceria com o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. A elaboração da A21L de Abrantes efetuou-se em 4 etapas: Diagnóstico Seletivo, Vetores de Intervenção Estratégica, Ações de Intervenção e Agenda 21 Local/Estrutura de Monitorização.

Embora tenha sido efetuada uma A21L para o concelho, tendo decorrido os trabalhos entre 2008 e 2010, nunca foi desenvolvido nenhum sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável local, o que justifica ainda mais este trabalho.

4.7 – Análise Swot do Concelho de Abrantes

No âmbito da A21L de Abrantes, entre 2008 e 2010, desenvolvida pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, foi elaborada para a Câmara Municipal de Abrantes uma análise SWOT (CMA, 2009) Esta matriz é reproduzida neste trabalho para sintetizar os principais pontos fortes e fracos, bem como as ameaças e oportunidades relativas ao desenvolvimento sustentável do concelho (quadro 5).

Quadro 5 – Análise SWOT do concelho de Abrantes.

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
<ul style="list-style-type: none"> • Elevado índice de envelhecimento e alguma perda populacional; • Baixos níveis de escolaridade e de qualificação da população em idade ativa; • Falta de emprego e incapacidade de fixação 	<ul style="list-style-type: none"> • A localização estratégica de Abrantes: no centro de Portugal, com fácil acessibilidade a Lisboa e como zona de charneira entre o Norte e o Sul do país; • Disponibilidade de espaço e de rede de

dos mais jovens e qualificados;

- Carência de alguns equipamentos e infraestruturas de apoio aos mais idosos;
- Existência de alguns problemas sociais, vandalismo e alguma insegurança;
- Esvaziamento e degradação do parque habitacional dos centros históricos;
- Reduzido dinamismo e visibilidade das atividades culturais;
- Fraco programa cultural integrado e que interligue os vários equipamentos existentes;
- Existência de alguns problemas ao nível da rede de saneamento básico, da recolha de resíduos e da limpeza e manutenção de espaços públicos;
- Debilidade nas ligações viárias entre a sede de concelho e algumas freguesias rurais com excesso de trânsito, riscos de conflitos entre veículos e peões e deficiente estado de conservação e sinalização;
- Fraca oferta turística da cidade e ausência de unidades hoteleiras com qualidade e com capacidade de resposta adequada às necessidades de um mercado cada vez mais exigente.

acessibilidades;

- Riqueza natural e paisagística: o rio Tejo, o rio Zêzere, florestas e sistemas florestais mediterrânicos (montados);
- Grande riqueza patrimonial, histórica e cultural (Abrantes confluência das Beiras e do Alentejo);
- Um concelho com forte tradição industrial e com pólos de especialização industrial como a indústria metalomecânica no Tramagal;
- Tecnopolo do Vale do Tejo com Centro de Transferência de Tecnologia para o Sector Alimentar, Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica e Pólo de Formação do IEFP;
- Boa oferta educativa e formativa que abrange todos os níveis de ensino incluindo o ensino profissional (EPRDA) e o ensino superior (ESTA) e forte aposta do município na educação;
- Existência de vários equipamentos, infraestruturas e serviços, alguns de nível supra-local como o Hospital, a Cidade Desportiva, o Aquapólis;
- Boa rede de equipamentos desportivos, de lazer, espaços de encontro e de convívio e zonas verdes como o Parque Urbano, praças e jardins;
- O concelho de Abrantes possui duas das mais importantes centrais de produção de energia do país: a Hidroelétrica de Castelo de Bode e a Central Termoelétrica do Pego.

AMEAÇAS

- Crise económica global afetando a atividade produtiva local, gerando desemprego, pobreza e problemas sociais;
- Crise energética e alterações climáticas globais, obrigando a novos paradigmas de consumo e produção e a novos modelos de ocupação urbana e de mobilidade sustentável;
- Concorrência territorial e proximidade de outros aglomerados urbanos eventualmente mais competitivos e atrativos;
- Continuação do processo de perda

OPORTUNIDADES

- Melhoria das acessibilidades a Lisboa e à zona de influência do futuro Novo Aeroporto de Lisboa, melhorando os fatores de localização para novas empresas;
- Concretização das potencialidades turísticas para o turismo ativo e desportivo, de saúde e bem-estar, de natureza, histórico e cultural;
- Aproveitamento das potencialidades das energias renováveis e melhoria do comportamento energético de edifícios e atividades;

- | | |
|---|--|
| <p>demográfica e de envelhecimento populacional;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abandono do espaço rural e desaparecimento de alguns aglomerados populacionais rurais; • Desvalorização do mundo rural, com a perda do saber fazer tradicional, das produções agrícolas e da identidade da paisagem; • Continuação da desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do sistema produtivo local levando à saída de jovens; • Insuficiente melhoria das capacidades empreendedoras e continuação dos baixos níveis de qualificação da população em idade ativa; • Aumento dos riscos naturais, nomeadamente de fogos florestais e de inundações; • Agravamento do fraco aproveitamento e rentabilização de alguns recursos naturais do concelho como sejam a água, os solos agrícolas e a floresta. | <ul style="list-style-type: none"> • Estratégia alimentar para o concelho, reduzindo dependências externas, aproveitando os recursos agrícolas existentes e criando riqueza; • O Rio Tejo como veículo de valorização económica, ambiental e cultural; • Melhoria do marketing territorial como instrumento diferenciador e promotor de uma imagem forte e atrativa do concelho de Abrantes; • O Tecnopólo do Vale do Tejo como promotor e dinamizador de novas dinâmicas locais e do fortalecimento da indústria agroalimentar e dos produtos tradicionais de qualidade; • Aposta na dinamização da floresta e preservação do mundo rural, com o incentivo aos modos de agricultura amigos do ambiente e o aproveitamento dos fundos comunitários do PRODER; • Articulação e trabalho supramunicipal desenvolvido no âmbito de cooperações e parcerias nomeadamente com a Associação Empresarial da Região de Santarém e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. |
|---|--|

Fonte: CMA, 2009.

Em traços gerais poderemos destacar como pontos fortes do concelho a situação geográfica, a oferta de serviços, relação empresariado/Escola superior, rede de transportes e apoio industrial. Relativamente aos pontos fracos do concelho deveremos salientar a demografia, dependência de territórios próximos, cultura (pouca inovação) e a mão-de-obra desqualificada. O envelhecimento da população e a concorrência de outros aglomerados urbanos serão as principais ameaças enquanto que do lado de oportunidades para o concelho se podem salientar os benefícios decorrentes da inovação tecnológica, reforço da cooperação com territórios vizinhos os apoios empresariais (Munguambe, 2005).

5. - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a realização da pesquisa dos diversos indicadores encontrados nos SIDS consultados, foi elaborada uma lista com 275 indicadores (Anexo A). Desta listagem foram retirados os indicadores que não se ajustavam à realidade do concelho de Abrantes (e.g. “Áreas protegidas marinhas”) tendo ficado uma lista com 156 indicadores, obedecendo à ideia de que os indicadores devem representar claramente o que sucede numa determinada região (Scipioni, 2008). Estes indicadores foram então agrupados pelas quatro dimensões da sustentabilidade (ambiental, social, económica e institucional) e foram retirados aqueles que apesar de terem designações diferentes, pretendem avaliar o mesmo fenómeno. (eg: “estado das águas de superfície” e “qualidade das águas superficiais”), tendo-se atingido uma lista de 113 indicadores de sustentabilidade, correspondentes à etapa 2 do trabalho, fig.7. Estes 113 indicadores foram discutidos nas entrevistas com os decisores e foi-lhes solicitado que os priorizassem de acordo com a sua sensibilidade e com a adequabilidade para avaliar o desenvolvimento sustentável no concelho de Abrantes. Os atores-chave convidados para realizar esta priorização foram, como já referido na metodologia, a presidente da câmara, a vereadora da educação e ação social e o coordenador da TAGUS (Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior). A decisão de priorizar os indicadores desta forma é sustentada pelo facto de que os indicadores terão maior utilidade, se forem desenvolvidos com a participação de quem os vai usar e aprender com eles (Innes and Booher, 2000).

Nestas entrevistas, foi definido que para manter o carácter de atualização e de alguma forma inovador e de integração de valores não materiais, fundamentais para a avaliação da sustentabilidade local, que o autor pretendia para o estudo e pela concordância entre todos da importância da avaliação da qualidade de vida enquanto indicador do desenvolvimento sustentável, os indicadores como: espaços verdes existentes no concelho; população que participa em eventos culturais; Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade; “Walkability” - Capacidade que Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé"; seriam incluídos na lista final dos indicadores de desenvolvimento sustentável para o concelho de Abrantes. Os atores-chave entrevistados nesta fase, acolheram com muito agrado a inclusão destes indicadores, em especial a presidente de câmara e a vereadora da educação que salientaram, não lhes parecer possível ter desenvolvimento sustentável sem atender à qualidade de vida e ao bem estar dos cidadãos. Foi também combinado que a lista

final de indicadores deveria depois ser composta por cerca de 25 indicadores, para não se tornar algo demasiado exaustivo e de difícil determinação, gestão e monitorização.

Da priorização realizada por estes 3 atores, atingiu-se a etapa 3 do trabalho e chegou-se a uma listagem de 63 indicadores, que foram distribuídos pelas 4 dimensões do DS sendo que 36% pertencem à dimensão Ambiental (A), 13% à dimensão Económica (E), 32% à dimensão social (S) e 19% à dimensão Institucional (I) (Quadro 6). Estes indicadores foram então apresentados a 48 atores-chave (Anexo B) através de questionário disponibilizado no Google docs (Anexo C), com o objetivo de serem encontrados pelos atores-chave os indicadores considerados mais importantes para avaliar o desenvolvimento sustentável em Abrantes.

A divisão dos indicadores pelas dimensões é apenas indicativa e para se poder avaliar a distribuição pelos pilares da sustentabilidade, dado que existem indicadores que podem pertencer a mais que uma dimensão, além de que a componente institucional pode estar incorporada nas outras três dimensões, pelo que esta divisão tem sempre uma componente de subjetividade.

Quadro 6 - Lista de Indicadores inquiridos aos atores-chave.

	INDICADOR	DIMENSÃO
1	Abandono escolar precoce	S
47	Crianças vacinadas até perfazerem um ano de idade	S
53	Densidade populacional	S
96	Envelhecimento da população	S
97	Envolvimento em atividades comunitárias	S
109	Fecundidade (Taxa de fertilidade)	S
119	Igualdade de género e inclusão	S
114	Habitacões sem as condições mínimas de habitabilidade	S
138	Jovens dos 18 aos 24 que não trabalham nem estudam	S
149	Nível de ensino completado pela população ativa	S
148	Nível de ensino completado por grupo etário	S
158	Participação em atividades ao ar livre /atividade física	S
165	Percentagem de população que se considera com boa ou muito boa saúde	S
177	População que participa em eventos culturais	S
178	População sem acesso a cuidados de saúde primários	S
214	Rácio entre alfabetização masculina e feminina	S
225	Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade	S
234	Taxa de analfabetismo	S

235	Taxa de crescimento da população	S
245	Taxa de natalidade	S
6	Agregados familiares sem emprego	E/S
69	Distancia a serviços chave (supermercado, correios, serviços de saúde) a pé ou transporte Público	E/S
92	Emprego temporário	E/S
37	Consumo total de energia	E
50	Demografia empresarial – criação/encerramento de novas empresas	E
173	População ativa empregada por género	E
197	Produção e consumo de energias renováveis	E
220	Rendimento familiar per capita	E
246	Taxa de pobreza da população	E
27	Competência dos funcionários municipais	I
30	Confiança na polícia/Perceção de insegurança	I
137	Investimentos públicos a nível municipal	I
60	Despesa de investigação e desenvolvimento - I&D	I
21	Burocracia municipal	I
111	Governo eletrónico	I
125	Instrumentos de gestão urbana (gestão de sustentabilidade)	I
136	Investimento e despesa municipal na área do ambiente	I
112	Governança local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos	I
266	Utilização das tecnologias de informação e da comunicação – TIC.	I
267	Utilização de áreas protegidas como locais de sensibilização e educação ambiental	I/A
272	Voluntariado formal (associações, clubes, organizações, etc..)	I/S
274	“Walkability” - Capacidade que Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé"	I/S
10	Área florestal ardida	A
32	Consumo total de água	A
49	Degradação do solo	A
59	Deslocação das crianças para a escola por meio de transporte	A
68	Disponibilidade hídrica	A
78	Eficiência da utilização da água	A
83	Emissão de gases com efeito de estufa – GEE	A
98	Espaços verdes existentes no concelho	A
179	População servida com sistemas públicos de abastecimento de água	A
180	População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos	A
181	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	A
185	Preservação da biodiversidade	A
206	Proporção de área coberta por floresta	A
207	Qualidade da água em zonas balneares	A
209	Qualidade da água para consumo humano	A
211	Qualidade das águas superficiais	A
212	Qualidade do ar	A
223	Reutilização de águas residuais tratadas	A

230	Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental das organizações sediadas no concelho	A
265	Uso do solo	A
256	Valorização e reutilização por classe de resíduos	A

Neste questionário foi pedido de forma facultativa a identificação sumária de cada ator-chave, bem como foram colocadas questões para perceber o nível de conhecimento dos vários atores sobre indicadores de desenvolvimento sustentável, como se apresenta nas figuras seguintes.

Dos 48 atores-chave a quem foram enviados os questionários, obtiveram-se 38 respostas, representando uma percentagem de respostas de 79%, como mostrado na figura 8.

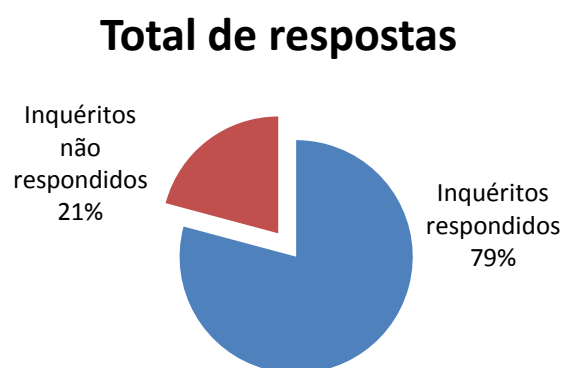


Figura 8: percentagem de respostas obtidas no questionário realizado a 48 atores-chave locais.

Os atores-chave que responderam ao questionário maioritariamente já tinham conhecimento da existência de SIDS e avaliaram como muito importante a implementação de um SIDS no concelho de Abrantes, como mostram as figuras 9 e 10. Na figura 11 é representada de que forma os atores-chave tiveram conhecimento do SIDS.

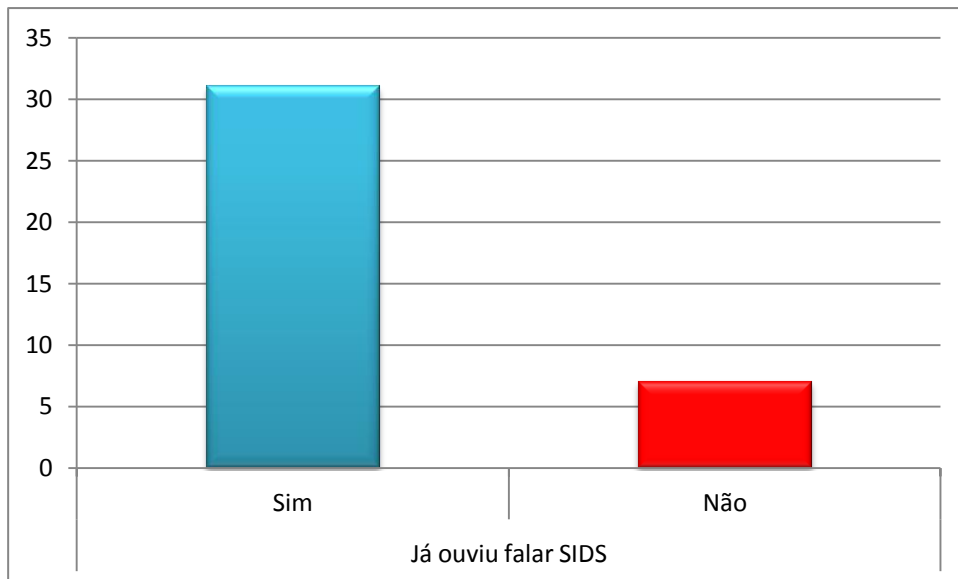


Figura 9: número de atores-chave que já tinham ou não contactado com SIDS.

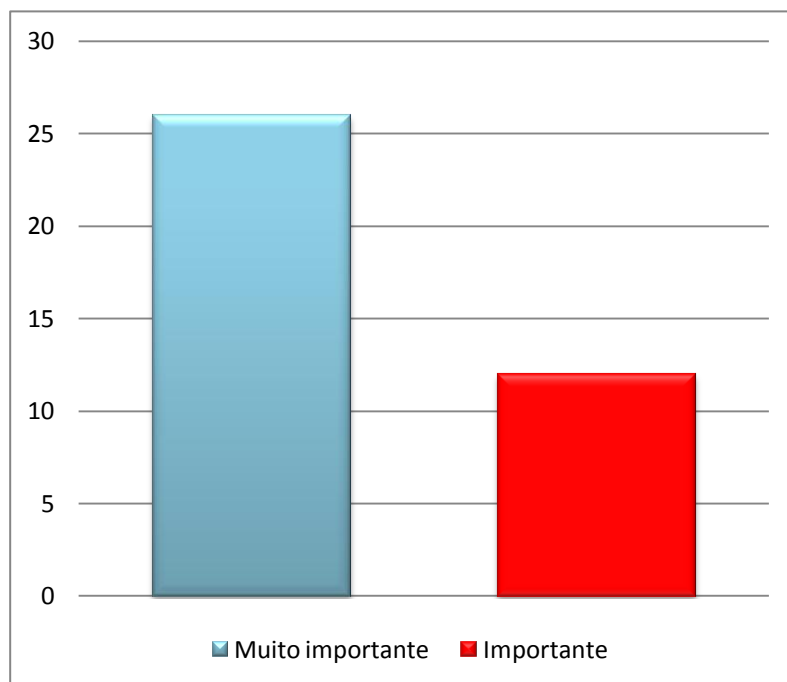


Figura 10: Avaliação da importância de conhecer o desenvolvimento sustentável em Abrantes.

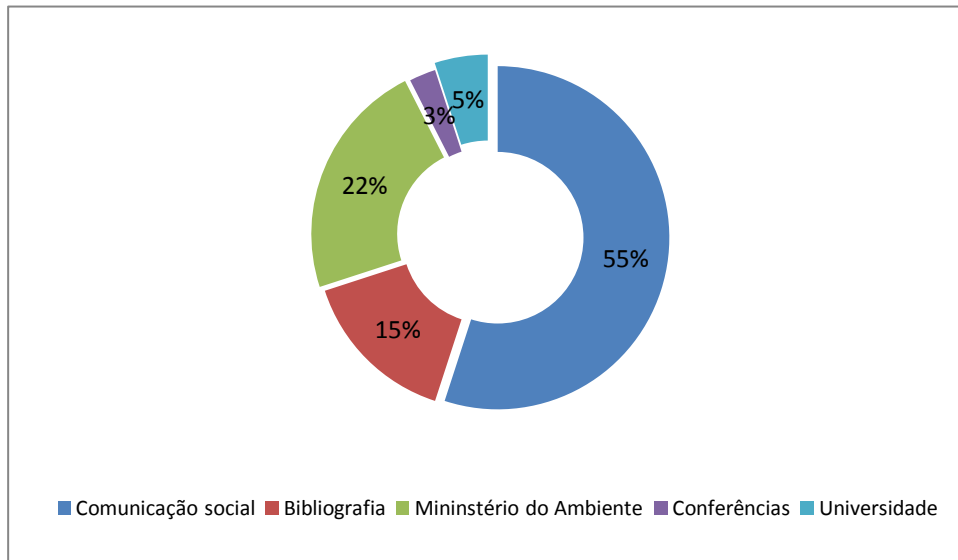


Figura 11: Vias em que os atores-chave tomaram conhecimento dos SIDS.

Foi pedido aos atores-chave que priorizassem os indicadores apresentados através do grau de importância que atribuíam a cada um deles para avaliar a sustentabilidade do concelho de Abrantes. Esta priorização foi feita atribuindo a classificação de 1 a 5 a cada indicador, sendo que 1 correspondia ao considerado menos importante e 5 ao mais importante. Era dada ainda a hipótese de “escolha 0” para quando o indicador não fosse compreendido ou para quando o ator não sabe/não responde. Foi calculada a soma dos valores atribuídos a cada um dos 63 indicadores, pelos diferentes atores. Verificou-se que o indicador mais pontuado de acordo com a perceção dos atores-chave foi “População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais” com 163 pontos comparativamente ao indicador menos pontuado que foi “Crianças vacinadas até perfazerem 1 ano de idade” com apenas 90 pontos dados pelos vários atores-chave (Anexo D). É de salientar que nenhum dos atores deu como resposta o valor “0”, pelo que é de inferir que todos os indicadores foram compreendidos pelos diversos atores inquiridos.

Após a receção dos questionários e analisada a priorização atribuída pelos atores-chave a lista final foi então selecionada através de entrevistas individuais com 3 atores-chave relevantes (presidente de câmara, diretora de qualidade e administrador hospitalar), correspondente à etapa 4 do trabalho (quadro 7), lista essa que constitui a proposta para o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Concelho de Abrantes.

Esta lista final de indicadores que é apresentada de seguida, não apresenta os indicadores divididos pelas dimensões do DS, pois como já referido anteriormente existem alguns que se sobrepõem em mais que uma dimensão e diversos autores defendem uma visão mais

integrada da sustentabilidade, considerando que estes se revestem de um carácter multidimensional. O conceito de pobreza, por exemplo, integra-se numa dimensão económica, mas também numa dimensão social e também numa dimensão cultural (Boulanger, 2008). No Anexo E, é apresentada uma ficha para cada um dos indicadores selecionados, contendo informação como descrição, metodologia, fonte de informação, de forma a permitir no futuro próximo a sua determinação por parte da Camara Municipal de Abrantes.

Quadro 7 - Lista final de indicadores de acordo com a priorização dada pelos atores-chave.

Lista de Indicadores	Unidades de medição
• População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Percentagem
• População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos	Percentagem
• Qualidade do ar	µg/m ³
• População servida com sistemas públicos de abastecimento de água	Percentagem
• Qualidade da água para consumo humano	Percentagem
• Consumo total de água	- L/hab./dia - m ³ /ha superfície regada
• Eficiência da utilização da água	Classe de eficiência
• Valorização e reutilização por classe de resíduos	Percentagem
• População sem acesso a cuidados de saúde primários	Percentagem
• Nível de ensino completado pela população ativa	Percentagem
• Taxa de crescimento da população	Percentagem
• Habitações sem as condições mínimas de habitabilidade	Numero
• Envelhecimento da população	Nº/100
• Taxa de natalidade	Permilagem
• Consumo total de energia	kwh/ano
• Produção e consumo de energias renováveis	kwh

• Taxa de pobreza da população	Percentagem
• Agregados familiares sem emprego	Percentagem
• Demografia empresarial - Criação de novas empresas/falências	Numero Percentagem
• Governação local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos	Percentagem
• "Walkability" - Capacidade que Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé"	Classe de walkability
• População que participa em eventos culturais	Percentagem
• Espaços verdes existentes no concelho	Área Percentagem
• Igualdade de género e inclusão	Classe
• Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade	Percentagem

Comparando esta lista final de indicadores para o concelho de Abrantes com outros SIDS locais como por exemplo Oeiras e Alenquer, poderemos verificar que muitos dos indicadores são comuns a estes SIDS locais, como podemos verificar no quadro 8.

Quadro 8 – Indicadores comuns a outros SIDS locais.

SIDS Abrantes	SIDS Alenquer	SIDS Oeiras
• População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	●	●
• População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos	●	●
• Qualidade do ar		●
• População servida com sistemas públicos de abastecimento de água	●	●
• Qualidade da água para consumo humano		●
• Consumo total de água	●	●
• Eficiência da utilização da água		●
• Valorização e reutilização por classe de resíduos	●	●

• População sem acesso a cuidados de saúde primários	●	
• Nível de ensino completado pela população ativa	●	●
• Taxa de crescimento da população		●
• Habitações sem as condições mínimas de habitabilidade		
• Envelhecimento da população	●	●
• Taxa de natalidade		●
• Consumo total de energia	●	●
• Produção e consumo de energias renováveis		●
• Taxa de pobreza da população	●	
• Agregados familiares sem emprego	●	●
• Demografia empresarial - Criação de novas empresas/falências	●	
• Governação local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos		
• "Walkability" - Capacidade que o concelho de Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé"		
• População que participa em eventos culturais		●
• Espaços verdes existentes no concelho		●
• Igualdade de género e inclusão		
• Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade		

Poderemos verificar que a generalidade dos indicadores escolhidos pelos atores-chave para o concelho de Abrantes encontram-se incluídos quer no SIDS de Alenquer, quer no SIDS de Oeiras.

Dos indicadores comuns aos três municípios encontramos: “População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais”, “População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos”, “População servida com sistemas públicos de abastecimento de água”, “Consumo total de água”, “Valorização e reutilização por classe de resíduos”, “Nível de ensino completado pela população ativa”, “Envelhecimento da população” e “Consumo total de energia”. Isto poderá indicar que em Portugal ainda existe alguma

deficiência nos serviços básicos à população, pois quer um concelho do litoral e integrado na área metropolitana de Lisboa, como Oeiras, como dois concelhos mais interiores (Alenquer e Abrantes) têm estas mesmas preocupações em avaliar/monitorizar a satisfação das necessidades básicas da população. Um outro indicador comum aos três municípios e que espelha a realidade do nosso país é o indicador relacionado com o “envelhecimento da população”

Os indicadores que não se encontram naqueles SIDS locais são precisamente os indicadores que se pretenderam integrar no SIDS de Abrantes e relacionado com questões mais difíceis de medir e materializar, mas que se verificam hoje em dia, 25 anos após o conceito de DS, serem relevantes, como por exemplo, "Walkability" - Capacidade que Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé"; Igualdade de género e inclusão; Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade.

Esta intenção de procurar fazer um SIDS que abranja questões menos usuais, e mais atuais, prende-se com o facto de alguns autores considerarem o desenvolvimento sustentável como um conceito que deve ser dinâmico, pois a sociedade, e o ambiente sofrem mudanças contínuas e uma sociedade sustentável deve permitir sustentar essas modificações (Bossel, 1999). Conforme Cochrane (2006), defende o DS exige uma mudança na forma como o capital natural é gerido e utilizado e muito esforço foi canalizado para discutir e analisar o desenvolvimento sustentável como um processo e mecanismo pelos quais o nível de capital natural pode ser mantido. Outros elementos como o capital cultural/social são importantes, mas muitas vezes negligenciados neste processo. A Organização Mundial de Saúde afirmou também na conferência de Sundsvall, realizada na Suécia em 1991, que o desenvolvimento deve implicar uma melhoria da qualidade de vida das pessoas e da sua saúde, ao mesmo tempo que se preserva a sustentabilidade do ambiente (WHO, 1991). Acrescente-se ainda e de acordo com Ramos (2009), os SIDS devem também ser capazes de responder a aspetos não tradicionais de sustentabilidade, particularmente os que envolvem mudanças globais e ameaças, ética, cultural, incerteza, aprendizagem colaborativa e da democracia participativa, além da óbvia responsabilidade pública e privada e justiça que são necessárias para a eficiência económica e proteção ambiental e da saúde. Desta forma foi intenção do autor do estudo, reforçada pelas discussões nas entrevistas com os atores-chave, procurar inserir indicadores que pudessem mensurar a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos do concelho de Abrantes.

Conclusões e Recomendações

A proposta de um SIDS para o concelho de Abrantes, indicada neste estudo, pretende constituir-se uma ferramenta de apoio às decisões políticas tomadas no concelho, permitindo aferir em que medida as políticas traçadas pelos decisores conseguem harmonizar o crescimento económico, o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a qualidade de vida dos cidadãos.

O desenvolvimento do SID - Abrantes baseou-se não só no conhecimento pericial e de pesquisa e análise bibliográfica, mas também em vários momentos de participação e discussão com autores-chave locais, fatores fundamentais para o sucesso destas ferramentas e sua eficiência em termos da avaliação da sustentabilidade local. A participação dos atores-chave do concelho foi bastante satisfatória (79% de respostas face à amostra selecionada). Um dos métodos escolhidos para a seleção dos indicadores por parte dos atores-chave, inquérito por questionário por via eletrónica, deveu-se à limitação de tempo disponível para a realização do estudo de caso.

Será de todo conveniente, que em reformulações futuras, se possam realizar workshops mais alargados com os atores-chave, possibilitando dessa forma um melhor entendimento dos indicadores e dos objetivos do estudo em causa.

Como recomendações futuras, pensamos ser também pertinente, após a determinação dos indicadores, o desenvolvimento de um Índice Local de Desenvolvimento Sustentável, com base nos indicadores apresentados neste estudo, permitindo fazer uma agregação dos valores apresentados por estes indicadores e facilitando desse modo uma comparação com outros municípios e a evolução do desenvolvimento sustentável do concelho. Sugere-se utilizar metodologias como as descritas em Morais (2012) ou em Macedo (2001), ou em Li (2009), entre outros (Morais, 2012). No entanto este índice deverá ser visto sempre como um complemento ou informação adicional ao SID local e análise indicador a indicador.

Referencias Bibliográficas:

- Agência Portuguesa do Ambiente (2007)** - “Agenda 21 local - um desafio para todos - manual para a implementação da agenda 21 local”, Amadora
- Agência Portuguesa do Ambiente, (2007)** - Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal, Amadora
- Agenda 21 (1992)** - Documento_Integral_Portugues-Brasil, Disponível em http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8&Itemid=33 (consultado em 18/01/2013)
- Australian Centre on Quality of Life (2006)** - International Wellbeing Group – Personal Wellbeing Index –Adult (PWI-A) (English) 4th Edition
- Bossel, H. (1999)** - Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications - A Report to the Balaton Group - INTERNATIONAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (IISD), Manitoba, Canadá
- Boulanger, P. M (2008)** – Sustainable development indicators: a scientific challenge, a democratic issue. Sapiens.revues.org/166 (consultado em 18/01/2013)
- Camara Municipal Porto (2009)** – Espaços verdes da cidade e o PDM do Porto – Reunião do conselho Municipal do Ambiente do Município do Porto. Disponível em www.porto.taf.net/dp/files/20090525-espacosverdes.ppt. (consultado em 08/01/2013)
- Camara Municipal de Lagos - Plano Municipal do Ambiente** – Município de Lagos. Disponível em http://www.cm-lagos.pt/portal_autarquico/lagos/v_pt-PT/menu_municepe/consultas_em_rede/planeamento/ (consultado em 16 Março de 2012)
- Carmo, H e Ferreira, M. M. (2008)**, Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem. 2ª edição, Universidade Aberta, Lisboa.
- Cochrane, P. (2006)** - Exploring cultural capital and its importance in sustainable development – Ecological Economics 57, 318-330
- Comissão Europeia (2000)** – “Para um Perfil da Sustentabilidade Local — Indicadores Comuns Europeus”, Luxemburgo
- CMA (2007)** – Carta Educativa para o Concelho de Abrantes. Camara Municipal de Abrantes.
- CMA (2007)** – Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes, elaborado por PROGITAPE. Camara Municipal de Abrantes.
- CMA, (2009)** - Agenda 21 Local de Alenquer, Estudo realizado pela CIVITAS para a Câmara Municipal de Alenquer, Alenquer.

- CMA/ PROGITAPE (2006)** - Relatório da Revisão do Plano Diretor Municipal de Abrantes, elaborado para a Câmara Municipal de Abrantes, por PROGITAPE, Arquitetura, Planeamento e Engenharia, Lda.
- CMO, Risco 2011** - Relatório de Indicadores de Sustentabilidade do Concelho de Oeiras. Camara Municipal de Oeiras.
- DEFRA, (2010)** – Department for Environment, Food and Rural Affairs - Measuring progress: Sustainable development indicators, London
- DEFRA (2005)** - Department for Environment, Food and Rural Affairs - The UK Government Sustainable Development Strategy. The Stationery Office, London
- DEFRA** - Department for Environment, Food and Rural Affairs – What is Sustainable Development? Disponível em <http://archive.defra.gov.uk/sustainable/government/what/> (consultado em 16/01/2013).
- DEPONTI, C. M. (2001)** - Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local. Monografia (Especialização) - UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre.
- EAPN** – Rede Europeia Anti-Pobreza – mapa do Concelho de Abrantes, disponível em: <http://santarem.udipss.org/v1/documentos/noticias/EAPNSantaremestatisticadoDistrito.pdf> (consultado em 06/01/2013)
- Eurostat, 2009**, “Sustainable development in the European Union: 2009 monitoring report of the EU sustainable development strategy”, European Communities. Eurostat Statistical Books, Brussels
- Finnish Key sustainable development indicators (2009)** – www.environment.fi - Disponível em <http://www.ymparisto.fi/default.asp?node=15131&lan=en>, (consultado em 16/03/2012)
- Gomes, A.S. (2004)** - Análise de Dados Ecológicos. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Biologia.
- Gomes, M., Marcelino, M.M., Espada, M.G. (2000)** - Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Direcção Geral do Ambiente.
- Grajew, Oded** – Ativista social do projeto Programa Cidades Sustentáveis - Entrevista publicada na revista envolverde em agosto de 2012. Disponível em <http://envolverde.com.br/sociedade/entrevista-sociedade/qualidade-de-vida-e-sustentabilidade-entrevista-com-oded-grajew/> (consultado em 07/01/2013)
- INE, Censos 2011: resultados provisórios: Lisboa, Portugal.**
- INE, Censos 91: resultados definitivos: Região de Lisboa e Vale do Tejo – 2ª ed. – Lisboa.**
- INE, (2002)** - Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE).

INE, (2009) - Metainformação – Conceitos – Alojamento familiar não clássico. Disponível em http://metaweb.ine.pt/sim/CONCEITOS/Detail.aspx?cnc_cod=1488&cnc_ini=28-04-2009. (consultado em 24/01/2013)

Innes, J.E. e Booher, D.E. (2000) – “Indicators for Sustainable Communities: A Strategy Building on Complexity Theory and Distributed Intelligence”- Planning Theory & Practice, Vol. 1, No. 2, 173 - 186, California

INSAAR – Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (atualmente integrado na APA) – Eficiência dos sistemas de abastecimento de água (perdas) para consumo urbano. Disponível em http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=efici%C3%Aancia%20de%20abastecimento%20de%20%C3%A1gua&source=web&cd=3&ved=0CEQQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.ine.pt%2Fngt_server%2Fattachfileu.jsp%3Flook_parentBoui%3D124267041%26att_display%3Dn%26att_download%3Dy&ei=ZAY5UcmSEavX7AaumYDQCA&usg=AFQjCNGuXVNVHiRL0Nc4_VSGZH8O-hayhw (consultado em 03/02/2013)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil.

IUCN (1980) – World Conservation Strategy – Living Resource Conservation for Sustainable Development.

Jacobi, P. (2003) – Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade – Cadernos de pesquisa, n.118, p. 189-205, março.

Macedo, M.A.S., Cruz, C.F., Ferreira, A.C.S. (2011) - Índice de desenvolvimento sustentável: uma análise apoiada em DEA para os municípios do estado do Rio de Janeiro.

McGillivray, M.; Clarke, M. (2006) - Understanding Human Well-being - United Nations University Press. Disponível em <http://www.unu.edu/unupress/sample-chapters/1130-UnderstandingHumanWell-Being.pdf> (Consultado em 02 Fev. 2013).

McMahon, S.K., (2002) - The development of quality of life indicators—a case study from the City of Bristol, UK, Ecological Indicators 2, 177–185.

OECD, Organization for Economic Cooperation and Development (1993) - Draft Synthesis Report, Group on State of the Environment Workshops on Indicators for Use in Environmental Performance Reviews (Organization for Economic Cooperation and Development, Paris).

OCDE, (2002) - Rumo a um Desenvolvimento Sustentável. Indicadores Ambientais – Centro de Recursos Ambientais.

OECD, (2008) - KEY ENVIRONMENTAL INDICATORS – Paris

Oeiras XXI – Relatório Final – Estratégia e Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável, Oeiras 2001. Disponível em <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/>

OeirasNova/Agendaxii/Documents/plano%20estrategico%202001_compacto.pdf
(consultado em 16/03/2012)

ONU, (2012) – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – disponível em <http://www.rio20.info/2012> (consultado em 18/01/2013)

ONU, (2012) – The Future we want, New York – Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/66/288&Lang=E (consultado em 08/01/2013)

ONU, (2007) – Indicators of Sustainable Development: Guidelines and Methodologies, New York

ONU, (2005) – Documento final da Cimeira Mundial de 2005 – Disponível em: <http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/pdf/WorldSummitOutcome-ptREV.pdf>, (consultado em 06/01/2013)

Partidário, M.R. (2000) - Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano, Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Portal de saúde pública – Análise demográfica e sanitária, alguns indicadores e conceitos elementares. Disponível em: http://www.saudepublica.web.pt/02-Epidemiologia/021-Demografia/Demografia_conceitos.htm#ie (consultado em 24/01/2013)

Ramos, T.B. (1996) - Sistemas de Indicadores e Índices de Qualidade da Água e Sedimento em Zonas Costeiras. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

Ramos, T.B. (2002), Utilização de Indicadores na Gestão e Avaliação Ambiental. Conferencista convidado no painel sobre “Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável”. Comunicação apresentada no II Encontro Nacional do Colégio de Engenharia do Ambiente (ENCEA) no Porto e publicada nas Atas do II ENCEA

Ramos, T. B. (2009). Development of regional sustainability indicators and the role of academia in this process: the Portuguese practice. *Journal of Cleaner Production* 17 (2009) 1101–1115.

RIVM, Netherlands Institute of Public Health and the Environment, (1994) - An Overview of Environmental Indicators: State of the Art and Perspectives (RIVM in co-operation with the University of Cambridge, Bilthoven).

Saha, D. (2009) - Empirical research on local government sustainability efforts in the USA: gaps in the current literature, *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 14:1, 17-30

Schirnding, Yasmin von (2002) – Health in Sustainable Development Planning: The role of Indicators. World Health Organization. Geneva.

- Scipioni, A., Mazzi, A., Zuliani, F., Mason, M. (2008)**- “The ISO 14031 standard to guide the urban sustainability measurement process: an Italian experience” - Journal of Cleaner Production 16, p. 1247 a 1257
- Scottish Executive Environment Group (2005)** – Indicators of Sustainable Development for Scotland: Progress Report 2005
- Silva, M.G., Cândido, G.A., Martins, M.F. (2009)**- Método de construção do índice de desenvolvimento local sustentável: uma proposta metodológica e aplicada, Revista Brasileira de Produtos Agroindustriais, Campina Grande, v.11, n.1, p.55-72.
- UE (1992)** - Tratado da União Europeia (92/C 191/01), Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/11992M/htm/11992M.html#0001000001> (consultado em 24/06/2012)
- UE (2009)** – Relatório de acompanhamento de 2009 relativo à estratégia de desenvolvimento sustentável na EU. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/865-PT/PT/865-PT-PT.PDF (consultado em 26/06/2012)
- UE (2010)** - Tratado da União Europeia (2010/C 83/01), Disponível em: http://bookshop.europa.eu/is-bin/INTERSHOP.enfinity/WFS/EU-Bookshop-Site/pt_PT/-/EUR/ViewPublication-Start?PublicationKey=FXAC10083 (consultado em 24/06/2012)
- Vaz, P., Coelho, P., Mascarenhas, A., Beja, I., Subtil, E., Dores, A., Calixto, V., Ramos, T.B. (2007)** - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve um sistema baseado na participação pública, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, apresentação disponível em: web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/imagens/docs_extra/Paula%20Vaz.pdf (consultado em 24/06/2012)
- Vilares, E.** – Sistema Nacional de Indicadores e Dados-base sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. DGOTDU, 2010.
- WCED, (1987)** - Our Common Future (the Brundtland Report), Oxford University Press, London.
- WHO - World Health Organization (1991)** - Sundsvall statement on supportive environments for health. Third International Conference on Health Promotion. Disponível em <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/sundsvall/en/index.html> (consultado em 18/01/2013)

Anexo A – Lista Inicial de Indicadores

INDICADORES	
1	Abandono escolar precoce
2	Acesso a transportes públicos
3	Acidentes de trabalho
4	Acidentes rodoviários
5	Atividades sócio-culturais
6	Agenda 21 locais
7	Agregados familiares sem emprego
8	Área construída
9	Área de agricultura biológica
10	Área de solo agrícola irrigado
11	Área florestal ardida
12	Área florestal certificada
13	Área florestal integrada em zonas de intervenção florestal - ZIF
14	Área ocupada por agricultura biológica
15	Áreas protegidas
16	Áreas protegidas abrangidas por planos de ordenamento
17	Artigos científicos em revistas internacionais
18	Avaliação da qualidade de ambiente local
19	Beneficiários ativos de todos os regimes e pensionistas
20	Bibliotecas públicas e utilizadores
21	Capacidade de alojamento
22	Capacidade do sistema prisional
23	Captação de água subterrânea e superficial
24	Carga transportada por meio de transporte
25	Comércio justo
26	Concentrações anuais de partículas de ozono
27	Condenados em processos crime com menos de 20 anos de idade
28	Confiança no sistema judicial
29	Confiança nos vizinhos
30	Consumo total de água
31	Consumo de álcool
32	Consumo de carne per capita
33	Consumo de combustíveis sólidos (% da população)
34	Consumo de eletricidade por fogo para iluminação e aplicações domésticas
35	Consumo de energia anual <i>per capita</i> (consumo energia elétrica por sector)
36	Consumo de estupefacientes
37	Consumo de jornais
38	Consumo de substâncias depletoras do ozono

39	Consumo de tabaco
40	Consumo médio de energia em veículos privados (por 100 Km)
41	Consumo/Utilização de pesticidas agrícolas
42	Consumo/Utilização de pesticidas agrícolas comerciais
43	Contabilidade ambiental
44	Contaminação de origem difusa
45	Crianças vacinadas até ao ano de idade
46	Défice orçamental
47	Degradação do solo
48	Demografia empresarial - criação/encerramento de novas empresas
49	Densidade da rede rodoviária
50	Densidade das redes hidrológicas
51	Densidade populacional
52	Densidade populacional por habitação
53	Desafetação das áreas classificadas como RAN - Reserva Agrícola nacional
54	Descargas de hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas
55	Descargas pontuais de efluentes sem tratamento
56	Desenvolvimento de atividade física
57	Deslocação das crianças para a escola por meio de transporte
58	Despesa de investigação e desenvolvimento - I&D
59	Despesa e rendimento das famílias
60	Despesa em investigação e desenvolvimento
61	Despesa pública em proteção social
62	Despesa pública na conservação de locais turísticos
63	Despesa pública na conservação de locais turísticos
64	Despesa pública no desenvolvimento do turismo
65	Dieta alimentar
66	Diferenciação de salários em função do género
67	Diferenciação de salários em função do género
68	Diplomados em ciência e tecnologia
69	Disponibilidade hídrica
70	Distancia a serviços chave: supermercado, correios, serviços saúde a pé ou transp. público
71	Distância média à paragem de autocarro
72	Distância média ao comércio
73	Distância média ao parque urbano
74	Distribuição do emprego (agricultura, industria, serviços)
75	Doenças de declaração obrigatória
76	Doenças ocupacionais
77	Eco-eficiência do sector agrícola
78	Eco-eficiência do sector dos transportes
79	Eficiência da utilização da água
80	Eficiência do sistema judicial
81	Eficiência dos sistemas de abastecimento de água
82	Emissão de amónia (NH3)

83	Emissão de compostos orgânicos voláteis (COV)
84	Emissão de gases com efeito de estufa - GEE
85	Emissão de óxidos de azoto (NOx)
86	Emissão de óxidos de enxofre (SOx)
87	Emissões de Dióxido de Carbono
88	Emissões de metano
89	Emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes
90	Emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico
91	Emprego na área do ambiente
92	Emprego próprio
93	Emprego temporário
94	Empresas com sistema de gestão ambiental
95	Empresas turísticas com sistema de rotulagem ecológica
96	Enfermeiros
97	Envelhecimento da população
98	Envolvimento em atividades comunitárias
99	Espaços verdes
100	Espécies de fauna e flora ameaçadas
101	Espécies de fauna e flora protegidas
102	Esperança média de vida
103	Estado das águas de superfície
104	Estado das águas subterrâneas
105	Estrutura da rede viária
106	Estrutura do emprego por sectores
107	Evolução do preço dos diferentes tipos de combustível e da eletricidade
108	Existência de legislação restritiva à implementação de hipermercados
109	Famílias que gastam mais de 30% do seu rendimento com a casa
110	Fecundidade (Taxa de fertilidade)
111	Gestão de resíduos
112	Governo eletrónico
113	Grau de vigilância das áreas protegidas
114	Habitacões com automóvel
115	Habitacões com escassez de aquecimento
116	Hospitais e centros de saúde
117	Idade estimada para reforma
118	Idade média dos veículos
119	Idade média efetiva de reforma
120	Implementação nacional dos acordos globais ratificados
121	Índice de aves comuns
122	Índice de criminalidade
123	Índice de densidade de gado
124	Índice do preço dos consumidores e dos produtores
125	Instrumentos de gestão urbana (gestão de sustentabilidade)
126	Intensidade do tráfego

127	Intensidade energética
128	Intensidade energética da economia
129	Intensidade turística
130	Investimento e despesa na preservação ambiental da floresta
131	Investimento e despesa na preservação ambiental de sistemas de água doce
132	Investimento e despesa na preservação ambiental do solo
133	Investimento e despesa na redução da poluição atmosférica
134	Investimento e despesa Nacional com a proteção e gestão do ambiente
135	Investimento e despesa no controlo da poluição sonora
136	Investimento e despesa pública e privada na conservação da natureza
137	Investimento público e privado
138	Jovens dos 18 aos 24 que não trabalham nem estudam
139	Manutenção de sistemas agrícolas e florestais com particular interesse para a conservação da natureza
140	Médicos
141	Medidas de minimização do ruído
142	Medo do crime
143	Migração
144	Mortalidade infantil
145	Mortalidade segundo as principais causas
146	Mortes por doenças infecciosas de origem alimentar/nº de incidências de doença provocada pela alimentação
147	Mulheres por 100 homens no mercado de trabalho (ativos)
148	Nível de ensino completado por grupo etário
149	Nível de escolaridade da população ativa
150	Nível de resíduos de drogas veterinárias nos alimentos
151	Nº de agregados familiares
152	Nº de agregados familiares constituídos por uma pessoa
153	Número de veículos per capita
154	Obesidade por grupo etário
155	Ocupação hoteleira
156	ONG's ambientalistas
157	Participação eleitoral
158	Participação em atividades ao ar livre /atividade física
159	Percentagem da população que já pagou subornos
160	Percentagem das habitações sem eletricidade
161	Percentagem de habitações sub-normais
162	Percentagem de mulheres empregadas no sector terciário
163	Percentagem de população a viver em zonas de risco naturais
164	Percentagem de população que consome 5 ou mais porções de fruta ou vegetais por dia
165	Percentagem de população que se considera com boa ou muito boa saúde
166	Pessoas utilizadas ou desordeiras em lugares públicos
167	Pessoas que se deslocam a pé
168	Pessoas que se deslocam de bicicleta

169	População que participa em eventos culturais
170	População a viver em pobreza
171	População abaixo do limiar da pobreza
172	População ativa
173	População ativa empregada
174	População ativa empregada por género
175	População sem acesso a cuidados de saúde primários
176	População exposta a ruído ambiente exterior
177	População que completou o ensino básico
178	População que completou o ensino secundário
179	População servida com sistemas de abastecimento de água
180	População servida por serviços de recolha de lixo
181	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais
182	Preços da eletricidade e do gás - utilizadores industriais e famílias
183	Preços reais dos vários meios de transporte de passageiros
184	Presença de coliformes fecais em água doce
185	Preservação da biodiversidade
186	Prevalência de asma em crianças
187	Produção agrícola
188	Produção agrícola certificada
189	Produção de águas residuais
190	Produção de energia a partir de resíduos
191	Produção de resíduos
192	Produção de resíduos domésticos per capita
193	Produção de resíduos perigosos
194	Produção de resíduos perigosos (por atividade económica)
195	Produção de resíduos por sector de atividade económica
196	Produção e consumo de energia primária (consumo total de energia)
197	Produção e consumo de energias renováveis (% do total de energia) Uso de energia de fontes renováveis
198	Produção e destino final de lamas em estações de tratamento de águas residuais
199	Produção florestal de material não lenhoso
200	Produção industrial
201	Produção industrial proveniente de empresas com sistema de gestão sustentável formal
202	Produção total de madeira
203	Produtividade do trabalho
204	Produto Interno Bruto (PIB)
205	Produtos agrícolas de qualidade (%) (identificação, rótulos, e identificação geográfica, produtos da terra)
206	Proporção de área coberta por floresta
207	Qualidade da água em zonas balneares
208	Qualidade da água para as zonas de proteção de espécies aquáticas de interesse económico
209	Qualidade da água para consumo humano
210	Qualidade das águas subterrâneas

211	Qualidade das águas superficiais
212	Qualidade do ar
213	Queixas ou reclamações apresentadas por razões ambientais
214	Rácio entre alfabetização masculina e feminina
215	Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior
216	Reciclagem do sector da construção em relação à percentagem de matérias-primas extraídas
217	Reclusos
218	Recursos culturais
219	Rede de serviços e equipamentos sociais
220	Rendimento familiar per capita
221	Reserva ecológica nacional
222	Resíduos de pesticidas em produtos alimentares
223	Reutilização de águas residuais tratadas
224	Satisfação com o emprego
225	Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal - Felicidade
226	Sazonalidade turística
227	Segundas habitações/nº total de residências
228	Segurança alimentar
229	Sentimentos positivos e negativos
230	Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental
231	Solo afetado por desertificação
232	Solo contaminado
233	Taxa de abandono escolar
234	Taxa de analfabetismo
235	Taxa de crescimento da população
236	Taxa de crescimento do emprego
237	Taxa de crescimento do PIB
238	Taxa de desemprego
239	Taxa de desemprego por grupo etário
240	Taxa de desemprego por género
241	Taxa de emprego
242	Taxa de inflação
243	Taxa de mortalidade infantil
244	Taxa de mortalidade materna
245	Taxa de natalidade
246	Taxa de pobreza da população
247	Taxa de pobreza para pessoas com 65 anos ou mais
248	Taxa de suicídio
249	Telefones fixos por cada 100 habitantes
250	Telefones móveis por cada 100 habitantes
251	Temperatura média do ar
252	Tempo médio de deslocação para o emprego
253	Tipo de coberto florestal

254	Titulares de diplomas universitários
255	Transporte de passageiros por meio de transporte
256	Tratamento e destino final dos resíduos
257	Turismo de espaço rural
258	Turistas internacionais por 100 habitantes
259	Uso de combustíveis limpos e alternativos
260	Uso de fertilizantes
261	Uso de fertilizantes
262	Uso de fertilizantes vs produção final de colheitas
263	Uso de internet por cada 100 habitantes
264	Uso de pesticidas vs. Produção final de colheitas
265	Uso do solo
266	Utilização das tecnologias de informação e da comunicação - TIC
267	Utilização de áreas protegidas como locais de sensibilização e educação ambiental
268	Valorização e reutilização por classe de resíduo
269	Vandalismo, graffiti e outros danos deliberados
270	Veículos em circulação
271	Vigilância das áreas protegidas
272	Voluntariado formal (associações, clubes, organizações, etc..) pelo menos uma vez no último ano
273	Voluntariado formal pelo menos uma vez no último ano
274	Walkability - Capacidade para favorecer o "Andar a pé"
275	Zonas balneares com bandeira azul

Anexo B – Lista de Atores-chave do concelho de Abrantes a quem foi pedido para responder ao questionário.

LISTA DE ATORES

- 1- Presidente da Camara**
- 2- Vice-Presidente**
- 3- Vereadora da Educação**
- 4- Vereador do Ambiente**
- 5- Coordenadora da ação social**
- 6- Coordenadora do ambiente**
- 7- Diretor Tagus**
- 8- Diretora da comunidade urbana médio-tejo**
- 9- Presidente do agrupamento ESMF**
- 10- Presidente do agrupamento ESSA**
- 11- Presidente do agrupamento EBDMA**
- 12- Psicóloga**
- 13- Prof. Ensino Secundário**
- 14- Prof. Ensino Secundário**
- 15- Prof. Ensino Secundário**
- 16- Prof. Ensino Secundário**
- 17- Prof. Ensino Primário**
- 18- Prof. Ensino Primário**
- 19- Prof. Ensino Primário**
- 20- Prof. Ensino Primário**
- 21- Prof. Ensino Superior**
- 22- Pres. Junta de freguesia**
- 23- Pres. Junta de freguesia**
- 24- Pres. Junta de freguesia**
- 25- Pres. Junta de freguesia**
- 26- Pres. Junta de freguesia**
- 27- Pres. Junta de freguesia**
- 28- Pres. Junta de freguesia**
- 29- Pres. Junta de freguesia**
- 30- Gestor da unidade hospitalar**
- 31- Empresário da região**
- 32- Empresário da região**
- 33- Empresário da região**
- 34- Empresário da região**
- 35- Comerciante**
- 36- Comerciante**
- 37- Comerciante**

- 38- Gestor SMA**
- 39- Eng. Florestal**
- 40- Eng. Zootécnico**
- 41- Eng. Agrónomo**
- 42- Diretora de exportação**
- 43- Diretor de qualidade**
- 44- Engº Agrónomo**
- 45- Militar**
- 46- Militar**
- 47- Diretora de Associação de solidariedade social**
- 48- Presidente Associação de Pais**

Anexo C – Questionário entregue aos atores-chave do concelho de Abrantes

Exmo Sr(a),

Carlos Lopes, aluno do mestrado de "Cidadania Ambiental e Participação" da Universidade Aberta, pretende desenvolver no âmbito da tese de mestrado um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) para aplicar no concelho de Abrantes.

Desta forma, vem solicitar a diversos "atores-chave" do concelho de Abrantes (entre os quais se encontra V. Ex^a), que pela sua profissão ou influência no concelho são considerados representativos da população, a resposta ao questionário seguinte para que se possa chegar a um conjunto de cerca de 20 indicadores que irão constituir o SIDS de Abrantes.

A sua identificação será facultativa, mas importante pelo menos a profissão e a freguesia e concelho onde reside, para ter a noção da representatividade dos "atores-chave" inquiridos. Desde já, o meu muito obrigado pela sua colaboração.

Carlos Lopes

1 - IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO (Facultativo, mas importante pelo menos a profissão e a freguesia e concelho onde reside, para ter a noção da representatividade dos "atores-chave" inquiridos)

Nome: _____

Profissão: _____

Local de trabalho: _____

Freguesia onde reside: _____

Concelho: _____

2 – Já ouviu falar em Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS)?

Sim Não

3 – Caso tenha respondido afirmativamente, indique onde tomou conhecimento sobre SIDS.

Comunicação Social -----

Bibliografia -----

Site do Ministério do Ambiente -----

Outras: _____

4 – Como avalia a importância de conhecer o Desenvolvimento Sustentável no concelho de Abrantes?

- Muito Importante -----
- Importante -----
- Pouco Importante -----
- Sem Importância -----
- Não sabe/não responde -----

5 – Assinale as razões que considera justificarem a elaboração de um SIDS em Abrantes:

- Divulgar informação sobre o ambiente ao público em geral -----
- Fornecer informação para apoio de decisões políticas -----
- Avaliar o cumprimento de metas, programas e políticas estabelecidas -----
- Prevenir situações que possam causar danos significativos no ambiente -----
- Dar resposta a pressões de Organizações Não Governamentais do Ambiente -----
- Divulgar informação sobre aspetos sociais do concelho -----
- Avaliar as políticas locais para a igualdade e a inclusão -----
- Avaliar o grau de participação dos cidadãos nas políticas locais -----
- Fornecer informação sobre o desempenho das instituições municipais -----
- Avaliar o grau de satisfação com as políticas municipais -----
- Outra: _____

6 – Quais os temas que considera serem importantes para avaliar o Desenvolvimento Sustentável em Abrantes?

Alterações climáticas		Ética		Participação pública	
Agricultura		Florestas		Qualidade da água	
Estética		Governância		Qualidade do ar	
Atividades culturais		Habitação		Resíduos	
Bem-estar da população		Igualdade de género		Ruído	
Biodiversidade		Inclusão social		Saúde	
Comércio		Indústria		Serviços Sociais	
Desporto		Inspeção ambiental		Solos	

Economia(investimento e despesa)		Investimento em ambiente		Transportes	
Educação		Justiça		Turismo	
Energia		Lazer		Voluntariado	
Felicidade		Outros:			

7- Na sua opinião, acha importante avaliar indicadores relacionados com a participação em actividades culturais, com a ética e com o “bem estar” das pessoas no âmbito de um SIDS?

Muito Importante -----

Importante -----

Pouco Importante -----

Sem Importância -----

Não sabe/não responde -----

Classifique, por favor, de 1 a 5, cada um dos indicadores apresentados na seguinte lista, sendo que 5 é o que considera mais importante de ser avaliado e 1 o menos importante. Existe ainda, uma hipótese de escolha “zero”, que deverá ser usada para quando “**não sabe/não responde**” ou então “**não compreendo o indicador**”. A lista dos indicadores mais pontuados irá constituir a proposta de SIDS para o concelho de Abrantes, deste trabalho de projeto.

1. Abandono escolar precoce

(Este indicador pretende contabilizar os cidadãos do concelho entre os 18 e os 24 anos que completou no máximo o ensino básico e que não se encontra em formação ou educação na altura da entrevista)

0 1 2 3 4 5

2. Agregados familiares sem emprego

(Avalia os agregados familiares que têm pelo menos um desempregado e verifica a sua evolução)

0 1 2 3 4 5

3. Área florestal ardida

(Este indicador pretende avaliar anualmente a área florestal ardida no concelho. Medição das áreas ardidas e do número de fogos ocorridos)

0 1 2 3 4 5

4. Competência dos funcionários municipais

(Avalia a competência dos funcionários, comparativamente com o sector privado, através de inquéritos representativos aos utentes dos serviços)

0 1 2 3 4 5

5. Confiança na polícia/Perceção de insegurança

(Avalia, através de inquéritos, a confiança que os munícipes têm na força policial presente no concelho e a sensação de insegurança dos cidadãos)

0 1 2 3 4 5

6. Consumo total de água

(Pretende conhecer o consumo de água, procurando promover a sua utilização sustentável, de modo a garantir a proteção dos recursos hídricos existentes. Sempre que possível deverá ser avaliado o consumo por habitante e verificados os grandes tipos de uso: doméstico, industrial e agrícola)

0 1 2 3 4 5

7. Consumo total de energia

(Este indicador pretende avaliar o consumo de energia primária (carvão, crude, gás natural, energia hidroeléctrica e outras formas de energia renovável) e a energia final utilizada pelo consumidor)

0 1 2 3 4 5

8. Crianças vacinadas até perfazerem um ano de idade

(Este indicador pretende avaliar o numero de crianças que foram vacinadas no concelho contra doenças infecciosas até completarem 1 ano de idade)

0 1 2 3 4 5

9. Degradação do solo

(Área de solo susceptível de ser afetada por fenómenos de degradação, exemplo: desertificação)

0 1 2 3 4 5

10. Densidade populacional

(Este indicador pretende avaliar a população residente por área total do concelho e a sua evolução e distribuição)

0 1 2 3 4 5

11. Deslocação das crianças para a escola por meio de transporte

(Pretende conhecer o modo como as crianças que frequentam o ensino básico e secundário se deslocam de casa para a escola)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Investimentos públicos a nível municipal

(Avaliado através de inquéritos a gestores e administradores de empresas sediadas no município, procurando avaliar o destino dados aos investimentos municipais)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

13. Despesa de investigação e desenvolvimento - I&D

(Pretende conhecer qual o investimento em I&D que se realiza no concelho. A despesa aplicada em I&D poderá assegurar a criação de novos processos e um melhor aproveitamento dos recursos.)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Disponibilidade hídrica

(Avalia o volume de água circulante na rede hidrográfica que pode ser utilizada em atividades humanas e em funções ecológicas diversas. A existência de água em quantidade adequada é necessária para a existência, saúde e desenvolvimento humano)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. Distância a serviços chave (supermercado, correios, serviços de saúde) a pé ou transp. Público

(Procura conhecer a distância que as populações têm de percorrer para chegar a serviços chave no concelho)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. Eficiência da utilização da água

(Este indicador pretende avaliar eficiência da utilização da água extraída no concelho. Verifica-se o consumo útil versus a procura efetiva)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17. Burocracia municipal

(Avalia o nível de burocracia existente no município, através de inquéritos representativos aos utentes dos serviços)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. Emissão de gases com efeito de estufa – GEE

(O conselho Europeu definiu como meta para 2020, a redução destas emissões em pelo menos 20%. Pretende-se conhecer a realidade do concelho nesta matéria.)

0 1 2 3 4 5

19. Emprego temporário

(Proporção da população com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos que tem emprego temporário)

0 1 2 3 4 5

20. Envelhecimento da população

(Este indicador pretende conhecer a relação entre a população idosa e a população jovem do concelho)

0 1 2 3 4 5

21. Envolvimento em atividades comunitárias

(Pretende quantificar o tempo despendido em atividades de voluntariado, atividades sociais e outras desenvolvidas pela comunidade)

0 1 2 3 4 5

22. Espaços verdes existentes no concelho

(Este indicador pretende verificar a proporção de espaços verdes públicos em relação à área de construção do concelho)

0 1 2 3 4 5

23. Fecundidade (Taxa de fertilidade)

(Pretende avaliar o nível de fecundidade da população do concelho)

0 1 2 3 4 5

24. Governo eletrónico

(Presença online de serviços municipais que possibilitem uma maior interação município-município. Quantificação dos serviços públicos municipais disponíveis na internet)

0 1 2 3 4 5

25. Habitações sem as condições mínimas de habitabilidade

(Quantificar as habitações do concelho que não possuem condições mínimas de habitabilidade)

0 1 2 3 4 5

26. Igualdade de género e inclusão

(Avaliação das políticas e procedimentos adotados que visam a igualdade de género e a inclusão social)

0 1 2 3 4 5

27. Instrumentos de gestão urbana (gestão de sustentabilidade)

(Este indicador pretende avaliar os instrumentos de gestão em vigor e o seu grau de execução)

0 1 2 3 4 5

28. Investimento e despesa municipal na área do ambiente

(Este indicador fornece uma indicação do esforço financeiro por parte do município na área da gestão e proteção ambiental)

0 1 2 3 4 5

29. Jovens dos 18 aos 24 que não trabalham nem estudam

(Quantificar a proporção de jovens deste escalão etário que não estão no mercado de trabalho nem no sistema de ensino)

0 1 2 3 4 5

30. Nível de ensino completado por grupo etário

(Avalia e analisa regularmente o nível de ensino atingido pelos diferentes grupos etários)

0 1 2 3 4 5

31. Nível de ensino completado pela população ativa

(Avalia e analisa regularmente o nível de ensino atingido pela população entre os 25 e os 64 anos)

0 1 2 3 4 5

32. Governação local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos

(Este indicador representa a percentagem de munícipes entrevistados que respondem que o município é governado a pensar no bem-estar de todos os cidadãos ao invés de beneficiar apenas alguns interesses instalados)

0 1 2 3 4 5

33. Participação em atividades ao ar livre /atividade física

(Pretende conhecer a proporção da população que tem por hábito (pelo menos uma vez por semana) de praticar atividade física e ao ar livre)

0 1 2 3 4 5

34. Demografia empresarial – criação/encerramento de novas empresas

(Quantificar a diferença entre a criação e o encerramento de empresas no concelho)

0 1 2 3 4 5

35. Percentagem de população que se considera com boa ou muito boa saúde

(Quantificar através de inquérito, a percentagem da população que se considera com boa ou muito boa saúde)

0 1 2 3 4 5

36. População que participa em eventos culturais

(Pretende identificar e contabilizar os indivíduos maiores de 15 anos que despenderam tempo em atividades culturais – visitantes, espetadores e utilizadores de recursos culturais – em média por ano)

0 1 2 3 4 5

37. População ativa empregada por género

(Proporção da população ativa que tem emprego, relacionando com o género)

0 1 2 3 4 5

38. População sem acesso a cuidados de saúde primários

(Proporção da população em relação ao total do concelho que não tem acesso a cuidados de saúde primários)

0 1 2 3 4 5

39. População servida com sistemas públicos de abastecimento de água

(Percentagem da população residente no concelho que é servida por sistema de abastecimento de água)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

40. População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos

(Avalia a percentagem da população que é servida por sistemas de recolha de resíduos e a sua evolução)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

41. População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais

(Verificar e monitorizar a população servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais.)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

42. Preservação da biodiversidade

(Pretende avaliar o investimento feito e os projetos desenvolvidos pelo e no município no âmbito da preservação da biodiversidade)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

43. Produção e consumo de energias renováveis (% do total de energia)

(A UE tem como meta para 2020, garantir que 20% do consumo de energia tenha origem em energias renováveis. Este indicador tem por objetivo conhecer e avaliar o desempenho de Abrantes nesta matéria – produção e consumo de energias não esgotáveis (geotérmica, solar, eólica) ou renováveis – biomassa e resíduos)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

44. Proporção de área coberta por floresta

(Conhecer a área do concelho coberta por floresta)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

45. Qualidade da água em zonas balneares

(Procura avaliar a qualidade das águas das zonas balneares fluviais do concelho. Será calculado a partir dos valores máximos admissíveis e recomendáveis da legislação em vigor)

0	1	2	3	4	5
<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

46. Qualidade da água para consumo humano

(Pretende-se avaliar a água fornecida para o consumo humano, de modo a aferir a se a qualidade da mesma cumpre a legislação em vigor)

0 1 2 3 4 5

47. Qualidade das águas superficiais

(Pretende-se avaliar os cursos de água e albufeiras existentes no concelho, de modo a aferir a se a qualidade dos mesmos cumpre a legislação em vigor)

0 1 2 3 4 5

48. Qualidade do ar

(Diversos poluentes são analisados – ozono troposférico, monóxido de carbono, partículas, dióxido de enxofre,... - e comparados com os limites estabelecidos pela legislação em vigor)

0 1 2 3 4 5

49. Rácio entre alfabetização masculina e feminina

(Este indicador pretende avaliar e relacionar regularmente a evolução da taxa de analfabetismo masculina e feminina)

0 1 2 3 4 5

50. Rendimento familiar per capita

(Procura avaliar o rendimento familiar da população do concelho e a analisar a sua evolução)

0 1 2 3 4 5

51. Reutilização de águas residuais tratadas

(Este indicador pretende avaliar o volume de águas residuais tratadas que são reutilizadas, pelo sistema de abastecimento de água)

0 1 2 3 4 5

52. Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade

(Este indicador pretende avaliar, através de questionários à população do concelho com base em valores de referência usados internacionalmente, a satisfação da população ao viver em Abrantes. Pretende refletir o grau de satisfação da população com as suas atividades quotidianas)

0 1 2 3 4 5

53. Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental das organizações sediadas no concelho

(Este indicador avalia a implementação de sistemas de gestão ambiental nas organizações sediadas no concelho – exemplo: rótulo ecológico, avaliação de desempenho ambiental, entre outros)

0 1 2 3 4 5

54. Taxa de analfabetismo

(Avalia a proporção de pessoas analfabetas no total da população do concelho com mais de 10 anos)

0 1 2 3 4 5

55. Taxa de crescimento da população

(Este indicador pretende avaliar a evolução da população do concelho)

0 1 2 3 4 5

56. Taxa de natalidade

(Este indicador pretende avaliar a razão entre os nascimentos e a população total do concelho e a evolução que se regista)

0 1 2 3 4 5

57. Taxa de pobreza da população

(Pretende quantificar a percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar da pobreza)

0 1 2 3 4 5

58. Uso do solo

(Avaliação dos tipos de utilização de solos presentes no concelho de acordo com as definições estatísticas do INE)

0 1 2 3 4 5

59. Utilização das tecnologias de informação e da comunicação – TIC.

(Percentagem dos agregados familiares que possuem tecnologias da informação e da comunicação)

0 1 2 3 4 5

60. Utilização de áreas protegidas como locais de sensibilização e educação ambiental

(Este indicador pretende identificar e enumerar as áreas protegidas e o numero de vezes utilizadas pelas várias instituições do concelho para efeitos de sensibilização ambiental)

0 1 2 3 4 5

61. Valorização e reutilização por classe de resíduos

(Este indicador procura quantificar o volume de resíduos urbanos, industriais, hospitalares, agrícolas e outros, o tipo de tratamento efetuado e o destino final dos resíduos. Avalia ainda o volume de resíduos que é valorizado – reciclado ou aproveitado energeticamente – e/ou reutilizado)

0 1 2 3 4 5

62. Voluntariado formal (associações, clubes, organizações, etc..)

(Avaliar a percentagem de população que usa parte do seu tempo livre a favor de atividades para a comunidade, pelo menos uma vez no último ano)

0 1 2 3 4 5

63. "Walkability" - Capacidade que Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé ou de bicicleta"

(Este indicador pretende aferir a oferta que o concelho tem para os seus cidadãos para poderem andar a pé ou de bicicleta)

0 1 2 3 4 5

Anexo D – Pontuação atribuída pelos atores-chave aos indicadores colocados no questionário

INDICADOR	PONTUAÇÃO
População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	163
População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos	161
Qualidade do ar	160
População servida com sistemas públicos de abastecimento de água	159
Qualidade da água para consumo humano	156
Consumo total de água	153
Eficiência da utilização da água	153
Valorização e reutilização por classe de resíduos	153
População sem acesso a cuidados de saúde primários	152
Nível de ensino completado pela população ativa	151
Taxa de crescimento da população	150
Habitacões sem as condições mínimas de habitabilidade	149
Envelhecimento da população	148
Taxa de natalidade	145
Consumo total de energia	144
Produção e consumo de energias renováveis	142
Taxa de pobreza da população	142
Agregados familiares sem emprego	142
Demografia empresarial – criação/encerramento de novas empresas	140
Governança local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos	139
“Walkability” - Capacidade que Abrantes tem para favorecer o "Andar a pé"	139
População que participa em eventos culturais	138
Espaços verdes existentes no concelho	137
Igualdade de género e inclusão	137

Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal – Felicidade	137
Área florestal ardida	134
Qualidade das águas superficiais	134
Disponibilidade hídrica	134
Investimento e despesa municipal na área do ambiente	134
Reutilização de águas residuais tratadas	132
Investimentos públicos a nível municipal	129
Uso do solo	126
Percentagem de população que se considera com boa ou muito boa saúde	124
Degradação do solo	123
Envolvimento em atividades comunitárias	122
Confiança na polícia/Perceção de insegurança	120
Preservação da biodiversidade	117
Rendimento familiar per capita	114
Taxa de analfabetismo	114
Densidade populacional	113
População ativa empregada por género	113
Abandono escolar precoce	112
Utilização das tecnologias de informação e da comunicação – TIC.	112
Nível de ensino completado por grupo etário	112
Governo eletrónico	112
Fecundidade (Taxa de fertilidade)	109
Rácio entre alfabetização masculina e feminina	108
Deslocação das crianças para a escola por meio de transporte	108
Competência dos funcionários municipais	108
Participação em atividades ao ar livre /atividade física	108
Burocracia municipal	108
Sistemas de gestão ambiental/certificação de sistemas de gestão ambiental das organizações sediadas no concelho	108
Voluntariado formal (associações, clubes, organizações, etc..)	107

Emprego temporário	106
Proporção de área coberta por floresta	105
Jovens dos 18 aos 24 que não trabalham nem estudam	103
Utilização de áreas protegidas como locais de sensibilização e educação ambiental	102
Instrumentos de gestão urbana (gestão de sustentabilidade)	100
Emissão de gases com efeito de estufa – GEE	100
Qualidade da água em zonas balneares	100
Distância a serviços chave (supermercado, correios, serviços de saúde) a pé ou transporte Público	100
Despesa de investigação e desenvolvimento - I&D	98
Crianças vacinadas até perfazerem um ano de idade	90

Anexo E – Fichas de Indicadores escolhidos para o SIDS de Abrantes

População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	
Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	INE; APA; SMA; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Percentagem da população servida por sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais (ETAR e Fossas sépticas Municipais)
Metodologia	Avaliar a percentagem da população residente cujas habitações se encontram ligadas à rede pública de drenagem e tratamento de águas residuais e fossas sépticas municipais relativamente à totalidade da população residente. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Alenquer; Portugal;

População servida por serviços de recolha seletiva de resíduos	
Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	INE; SMA; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Percentagem da população servida por serviços públicos de recolha seletiva de resíduos (Ecopontos).
Metodologia	Avaliar a percentagem da população residente com acesso a serviços de recolha seletiva de resíduos relativamente à totalidade da população residente. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Alenquer; Oeiras; Portugal; Seattle

Qualidade do Ar

Unidade(s) de medida	$\mu\text{g}/\text{m}^3$
Fonte(s)	APA; CCDR LVT; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Indicadores da qualidade do ar como o CO, NO _x e as PM ₁₀ , usando o índice de qualidade do ar da APA.
Metodologia	Avaliar a qualidade do ar através dos dados da rede de monitorização da qualidade do ar da APA. Para este índice serão avaliados o CO, o NO _x e as PM ₁₀ como é usado por exemplo no concelho de Oeiras. Fonte: CMO, 2011.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras; Portugal; Seattle

População servida com sistemas públicos de abastecimento de água

Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	INE; SMA; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Percentagem da população residente que é servida pela rede pública de abastecimento de água.
Metodologia	Avaliar a percentagem de população residente com habitações ligadas à rede pública de abastecimento de água relativamente à totalidade da população residente. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras; Alenquer; Portugal; Seattle

Qualidade da água para consumo humano

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	ERSAR; SMA; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Proporção de água que apresenta níveis de qualidade que não cumprem os níveis recomendados pela legislação nacional e comunitária. Fonte: CMO, 2011
Metodologia	Avaliar a qualidade da água para consumo humano, que é regulada pelo D.L. 306/2007, verificando a percentagem de análises que ultrapassam os valores permitidos por lei, do total de análises efetuadas. Fonte: CMA, 2013
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras; Alenquer; Portugal; Seattle

Consumo total de água

Unidade(s) de medida	Litros /habitante/dia
Fonte(s)	ERSAR; SMA; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Volume de água consumido por habitante. A existência de quantidades adequadas de água para satisfazer as necessidades humanas é um dos pré-requisitos base para a existência, saúde e desenvolvimento humano. Fonte: Gomes et al., 2000.
Metodologia	Determinação a partir dos valores de consumo das redes de abastecimento do concelho de Abrantes, obtidas nos registos dos SMA. Fonte: CMA, 2013
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras; Alenquer; Portugal

Eficiência da utilização da água

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	ERSAR; SMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Avaliar o volume de água desperdiçado por perdas nos sistemas de abastecimento de água. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Metodologia	Calcular a percentagem de água desperdiçada através da fórmula: $100 - (\text{volume de água distribuído} / \text{volume de água captado}) \times 100$ Fonte: Insaar, 2012
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras; Portugal

Valorização e reutilização por classe de resíduos

Unidade(s) de medida	Porcentagem do total de resíduos produzidos
Fonte(s)	Valnor; SMA; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Volume de resíduos que é valorizado (reciclado ou aproveitado energeticamente) e/ou reutilizado, por classe de resíduo produzido. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Metodologia	Determinar a percentagem dos resíduos valorizados e/ou reutilizados no concelho de Abrantes, utilizando os dados disponibilizados pelos SMA e pela VALNOR.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras; Alenquer; Lagos; Portugal; Seattle

População sem acesso a cuidados de saúde primários

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	ACES do Médio Tejo; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Porcentagem da população residente sem acesso a médico e/ou enfermeiro de família.
Metodologia	Determinar a percentagem da população sem acesso cuidados de saúde primários comparativamente com a totalidade da população residente.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Portugal; Seattle

Nível de ensino completado pela população ativa

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	INE; CMA
Periodicidade	Bienal
Descrição	<p>Porcentagem do nível de escolaridade completado pela população ativa. A efetividade da escolaridade básica bem sucedida, é um fator essencial para alcançar o objetivo da Estratégia de Lisboa, de tornar a UE na economia de conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo.</p> <p>Fonte: Vaz et al., 2003.</p>
Metodologia	Determinar a percentagem da população ativa por nível ensino completado. Fazer a determinação por grupo etário e por género.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Portugal

Taxa de crescimento da população

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	INE; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Varição populacional observada em cada ano civil. Fonte: INE, 2003
Metodologia	Determinar a variação populacional do concelho em cada ano civil (TCE) usando a fórmula: $TCE = [P(t) - P(0) / [(P(0)+P(t)/2]] * 100$ <p>P(0) – População no momento 0; P(t) – População no momento t.</p> <p>Fonte: INE, 2003</p>
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Oeiras

Habitações sem as condições mínimas de habitabilidade

Unidade(s) de medida	Número
Fonte(s)	INE; CMA; JFs
Periodicidade	Anual
Descrição	<p>Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência. Incluem-se a barraca, alojamento móvel, a casa rudimentar de madeira e o alojamento improvisado, entre outros não destinados à habitação.</p> <p>Fonte: INE, 2009</p>
Metodologia	<p>Determinar o número de alojamentos sem condições de habitabilidade. Contabilizar para este número as barracas, os alojamentos móveis, alojamentos improvisados, as habitações não ligadas à rede pública de abastecimento de água e as habitações não ligadas à rede de distribuição elétrica.</p>
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve

Envelhecimento da população

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	INE; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Porcentagem da população residente no concelho de Abrantes com mais de 65 anos. Relação entre a população jovem e a população idosa.
Metodologia	<p>Determinar a percentagem da população com mais de 65 anos relativamente à população com menos de 15 anos, designada por índice de envelhecimento (IE), utilizando para tal a fórmula:</p> <p>$IE = (P1/P2) \times 100$ em que:</p> <p>P1 – população com idade igual ou superior a 65 anos</p> <p>P2 – população com idade compreendida entre 0 e os 14 anos.</p> <p>Fonte: portal de saúde pública, 2013.</p>
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Alenquer; Oeiras

Taxa de natalidade	
Unidade(s) de medida	Permilagem
Fonte(s)	INE
Periodicidade	Anual
Descrição	Razão entre o número de nados-vivos e a população total. Também designada por Taxa Bruta de Natalidade. Fonte: SIDS Portugal
Metodologia	Determinar o número de nados-vivos (TBN) no concelho em cada ano civil relativamente à população total, usando a fórmula: $TBN = (NV \div Pm) \times 1000$ em que: NV: total de nados-vivos durante o período em análise Pm: população a meio do período em análise. Fonte: – portal de saúde pública, 2013
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Portugal

Consumo total de energia	
Unidade(s) de medida	tep/habitante; kwh/ano/habitante
Fonte(s)	INE; DGEG; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Consumo total de energia primária (carvão, crude, e outros combustíveis sólidos, gás natural, energia hidroeléctrica e outras formas de energia renovável) e energia final utilizada diretamente pelo consumidor. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Metodologia	Utiliza-se habitualmente a unidade, tep – toneladas equivalentes de petróleo, equivalente a 107 kcal. Trata-se de uma aproximação de conversão de várias unidades (ex. kwh). Por exemplo, 1 gwh=86 tep. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Alenquer; Algarve; Oeiras; Portugal; Seattle

Produção e consumo de energia renováveis

Unidade(s) de medida	tep/habitante; kwh/ano/habitante
Fonte(s)	INE; DGEG; CMC
Periodicidade	Anual
Descrição	Energia produzida e consumida de fontes de energia consideradas como não esgotáveis (ex. geotérmica, solar, eólica), ou renováveis (ex. biomassa, resíduos). Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Metodologia	Utiliza-se habitualmente a unidade, tep – toneladas equivalentes de petróleo, equivalente a 107 kcal. Trata-se de uma aproximação de conversão de várias unidades (ex. kwh). Por exemplo, 1 gwh=86 tep. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Oeiras; Portugal;

Taxa de pobreza da população

Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	INE; CMA; MSSS
Periodicidade	Anual
Descrição	População abrangida por programas de combate à pobreza e exclusão social.
Metodologia	Proporção da população que está abrangida pelo rendimento social de inserção, relativamente à totalidade da população residente. Fonte: CMA, 2009
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Alenquer

Agregados familiares sem emprego

Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	INE; CMA; MSSS
Periodicidade	Anual
Descrição	Agregados familiares residentes no concelho em que pelo menos um dos elementos adultos se encontra desempregado.
Metodologia	Relação dos agregados que têm pelo menos um dos elementos, com idade igual ou superior à permitida por lei para exercer atividade profissional, desempregado, relativamente à totalidade dos agregados familiares do concelho. Fonte: Gomes <i>et al.</i> , 2000.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Portugal; Algarve; Alenquer

Demografia empresarial - Criação de novas empresas/falências

Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	INE; CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Número de empresas sedeadas no concelho e a diferença entre a constituição de novas empresas e a dissolução de outras no espaço temporal de um ano. «Através da análise da constituição e dissolução das empresas é possível verificar a evolução e a adaptação das atividades económicas». Fonte: Vaz et al., 2007.
Metodologia	Avaliar o número de empresas sedeadas no concelho. Verificar o saldo anual entre constituição e dissolução de empresas no concelho. Fonte: Vaz et al., 2007.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Algarve; Alenquer

Governança local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos

Unidade(s) de medida	Percentagem
Fonte(s)	População
Periodicidade	Bienal
Descrição	Proporção de pessoas residentes no concelho que entende a governação local como tendo em conta o bem-estar dos cidadãos.
Metodologia	<p>Inquéritos a amostra representativa da população do concelho, sobre a governação local tendo em conta o bem-estar dos cidadãos.</p> <p>Estes inquéritos deverão questionar sobre a estratégia de desenvolvimento do município, onde o munícipe deverá classificar como o município tem em conta os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza das ruas; - existência de parques atraentes e acolhedores, áreas de lazer e espaços públicos; - Envolver e capacitar as pessoas e comunidades locais na participação sobre as decisões que afetam o seu bairro e o seu dia-a-dia; - Segurança de bairros e registo de comportamentos anti-sociais; - Incentivos e apoio a estilos de vida saudáveis e atividades que os promovam; - Combate as desigualdades e apoio as necessidades das crianças e jovens. <p>Fonte: Defra, 2005</p>
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	UK sustainable development strategy, 2005

Walkability – Capacidade que o concelho de Abrantes tem para favorecer o “andar a pé”

Unidade(s) de medida	Número
Fonte(s)	CMA
Periodicidade	Bienal
Descrição	Facilidade que os cidadãos têm de se deslocar a pé para os serviços chave da cidade. Condições dadas pelo município para favorecerem os pedestres.
Metodologia	<p>Verificar a distancia a pé dos 10 bairros mais residenciais aos serviços chave da cidade (escolas, restaurantes, bancos, supermercados, hospital/centro de saúde, serviços, entre outros) atribuindo depois uma classificação a essas distancias entre 1 e 100 de “walkability” da cidade. É atribuído o máximo de pontos aos serviços que fiquem até 400 m de distância e 0 pontos aos serviços que fiquem a mais de 1600 m.</p> <p>Fonte: Walkscore, 2013</p> <p>Elaborar um mapa das ruas de Abrantes relativamente à facilidade que têm de favorecer o andar a pé, com base na checklist do Pedestrian Environment Review System (PERS)</p> <p>Fonte: Steer Davies Gleave, 2011</p>
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Seattle

População que participa em eventos culturais

Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Número de espectadores de espetáculos ao vivo, visitantes de galerias de arte e de museus. Fonte: CMO, 2011
Metodologia	Número de espectadores de eventos e visitantes de museus e galerias por habitante. Nº espectadores/Nº habitantes do concelho Fonte: CMO, 2011
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras

Espaços verdes existentes no concelho

Unidade(s) de medida	m ² por habitante
Fonte(s)	CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Área abrangida pela estrutura verde da cidade Fonte: CMP, 2009.
Metodologia	Quantificar a área dos espaços verdes públicos existente no concelho por habitante
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	Oeiras

Igualdade de género e inclusão	
Unidade(s) de medida	Classe
Fonte(s)	CMA
Periodicidade	Anual
Descrição	Número de iniciativas realizadas no concelho que visem a igualdade de género e a inclusão social.
Metodologia	Quantificar as iniciativas que visem a igualdade de género e a inclusão social. O número de iniciativas realizadas pelo município; o número de pessoas abrangidas por essas iniciativas (colóquios, workshop, sessões em escolas). Fonte: CMA, 2012.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	

Satisfação com o local onde vive, bem-estar pessoal - Felicidade	
Unidade(s) de medida	Porcentagem
Fonte(s)	População
Periodicidade	Anual
Descrição	Proporção da população residente no concelho de Abrantes que se sente satisfeita com o local onde vive.
Metodologia	Aplicar questionário, a uma amostra representativa da população residente no concelho de Abrantes, procurando avaliar o seu grau de satisfação com o local onde vive, o seu bem-estar subjetivo e a sua felicidade. O questionário é feito tendo por base o PWI (Personal Wellbeing Index) e algumas questões sobre o grau de satisfação com o local onde vive (Anexo F). Em cada questão poderá ser dada uma classificação de 0 até 10, fazendo-se depois a média das respostas. Fonte: Australian Centre on Quality of Life, 2006.
Outros SIDS locais, nacionais e internacionais onde se pode encontrar este Indicador	

Anexo F – Questionário sobre a satisfação com o local onde vive, o bem-estar pessoal - felicidade Fonte: Australian Centre on Quality of Life, 2006.

As perguntas abaixo são sobre a sua **satisfação** com vários itens da sua vida, numa escala de 0 a 10. Zero(0) significa que está completamente insatisfeito(a). Dez (10) significa que está completamente satisfeito(a). No meio da escala, cinco (5) significa que tem uma opinião neutra –não está nem insatisfeito(a) nem satisfeito(a).

Parte 1

1 – Pensando na sua própria vida e na sua situação pessoal, qual é o seu nível de satisfação com a sua vida como um todo?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Parte 2.

- **Pensando na sua própria vida e situação pessoal, qual é o seu nível de satisfação com ...**

1. O seu nível de vida?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

2. A sua saúde?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

3. O que está a alcançar na sua vida?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

4. Os seus relacionamentos pessoais?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

5. A sua segurança?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

6. A sua participação na sua comunidade?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

7. As suas expectativas para o futuro?

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Parte 3.

Pensando no concelho onde vive, qual é o seu nível de satisfação com ...

1. O serviço de recolha de resíduos

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

2. A rede de ecopontos de recolha seletiva

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

3. O estacionamento??

Completamente Insatisfeito(a)	Neutro(a)										Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

4. A rede de transportes públicos

Completamente Insatisfeito(a)					Neutro(a)						Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. A existência e a manutenção de espaços verdes

Completamente Insatisfeito(a)					Neutro(a)						Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. A informação pública disponibilizada ao cidadão

Completamente Insatisfeito(a)					Neutro(a)						Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7. As atividades culturais

Completamente Insatisfeito(a)					Neutro(a)						Completamente Satisfeito(a)
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>